

35 coleção primeiros passos



Afrânio Mendes Catani

O QUE É IMPERIALISMO

3.^a
edição

editora brasiliense

coleção ● ● primeiros

35 ● ● ● passos:

Livraria e Papelaria
João XXIII de Patos Ltda

LOJA DO MEC - FENAME

Rua Olegário Maciel, 63 - Loja 108

Caixa Postal 235 - Telefone 3355

38.700 - PATOS DE MINAS - MG

Wally Ferreira
- 1983 -

Afrânio Mendes Catani

O QUE É IMPERIALISMO

Coordenação:

Vanya Sant'Anna

1ª edição 1981

3ª edição

brasiliense  1982

centenário de monteiro lobato

Copyright © Afrânio Mendes Catani

Capa:

Mário Camerini

Caricaturas:

Emílio Damiani

Revisão:

José E. Andrade



editora brasiliense s.a.

01223 — r. general jardim, 160

são paulo — brasil

ÍNDICE

– Apresentação	7
– Lênin e a questão do imperialismo	10
– Rosa Luxemburgo e A Acumulação do Capital	58
– Conclusão	84
– Indicações para leitura	90

*“A expansão é tudo (. . .)
Se eu pudesse, anexaria os
planetas.”*

Cecil Rhodes

*Para
Barbara Mãe e
Barbara Filha, com todo
o meu amor.*

*Para
Vanya e Ricardo,
muito mais que amigos.*

APRESENTAÇÃO

Em *O que é Capitalismo*, um dos volumes desta coleção, havia salientado que o capitalismo em seu curso histórico — ultrapassadas suas origens manufatureiras e sua era heróica de luta contra o feudalismo — apresenta a nível econômico e social dois fenômenos fundamentais:

- o surgimento de um capital concentrado e com vocação monopolista que, uma vez exauridos os mercados internos, tende a expandir-se pelo mundo todo, constituindo uma vasta rede imperialista;

- o surgimento de uma classe operária organizada, que se apresenta com clara vocação universalista.

Destaquei também que estes fenômenos, principalmente o surgimento do imperialismo, ultrapassaram o marco histórico e os referenciais teóricos de Marx, impossibilitando que o pensador alemão

a eles se dedicasse. Dessa maneira optei, neste pequeno livro, pela retomada da questão do *imperialismo* a partir das *principais obras clássicas* que trataram do tema, centralizando a exposição nas idéias veiculadas por alguns trabalhos de Lênin e Rosa Luxemburgo — sem dúvida os pensadores que mais aprofundaram o estudo de tão espinhosa problemática.

Nessa exposição dos aspectos essenciais dos trabalhos de Lênin e Rosa sobre o imperialismo procurei ser fiel ao pensamento dos autores, seguindo as mesmas "trilhas", condensando, esquematizando e transcrevendo trechos dos originais. Para esclarecer passagens que me pareceram obscuras e/ou com a finalidade de realizar algumas críticas às concepções dos dois escritores, utilizei textos de comentaristas que, em meu entender, compreenderam muito bem tais clássicos. Assim, R. Banfi, L. Gruppi e M. Bandeira; M. Pedrosa, J. Valier (principalmente) e J. P. Nettl tornaram-se indispensáveis para a compreensão das idéias de Lênin e Rosa Luxemburgo, respectivamente.

As concepções de K. Kautsky, F. Engels, R. Hilferding e J. A. Hobson aparecem incorporadas, principalmente, na parte dedicada ao exame das idéias de Lênin acerca do fenômeno do imperialismo — embora críticas a Kautsky não estejam ausentes quando apresento as idéias de Rosa Luxemburgo.

Um ligeiro esboço biográfico sobre Lênin e

outro um pouco mais demorado acerca de Rosa (em virtude de maioria do público a que o presente livro se destina dispor de informações menos consolidadas sobre a autora), inseridos no início de cada um dos capítulos, permitem situar tais pensadores no tempo e no espaço.

O item *Indicações para Leitura* tem uma finalidade dupla: destacar a importância de alguns clássicos que não foram incorporados ao texto (casos, por exemplo, dos trabalhos de J. A. Schumpeter e Hannah Arendt) bem como sugerir algumas das publicações editadas nos últimos anos sobre o tema. Esse procedimento, acredito, fornecerá ao leitor um mapeamento, ainda que não exaustivo, daquilo que deverá ser lido caso pretenda se ultrapassar os limites introdutórios deste livro.

Espero que após a leitura de *O que é Imperialismo* você não tenha sede de expansão e não se sinta desanimada(o) como Cecil Rhodes, o todo-poderoso senhor britânico da África do Sul. Rhodes ficava deprimido ao ver no céu "essas estrelas... esses vastos mundos que nunca poderemos atingir." E afirmava: "Se eu pudesse, anexaria os planetas."

LÊNIN E A QUESTÃO DO IMPERIALISMO

Vladimir Illitch Ulianov (Lênin) nasceu em Simbirsk, atual Leningrado, Rússia, em abril de 1870 e faleceu em janeiro de 1924 em Gorki, perto de Moscou. Nele, ao longo de seus cinquenta e tantos anos de vida, sempre se pôde observar a fusão entre a teoria e a prática política.

Em trinta anos de atividades Lênin escreveu cerca de dez milhões de palavras, cada uma intimamente vinculada ao processo de uma das maiores revoluções sociais da história, aquela que iniciou na velha Rússia dos tzares a destruição da sociedade dividida em classes: a revolução de outubro de 1917, por ele organizada e dirigida.

Além de realizar o ideal de Marx (1818-1883) e Engels (1820-1895), ao instaurar a primeira república socialista, Lênin acabou por enriquecer e

ampliar a sua fundamentação teórica. Criou o partido político e a teoria do partido como vanguarda consciente da revolução. Consolidou o conceito de Estado, instrumento de dominação de classe, e os princípios da insurreição e da ditadura do proletariado. Estudou a formação dos trustes e cartéis e o capitalismo na sua fase superior, o imperialismo. O resultado do estupendo esforço de Lênin no estudo do imperialismo foi a sua obra clássica, *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, onde fez um balanço do desenvolvimento do capitalismo mundial no meio século decorrido desde a publicação de *O Capital*, de Marx, cujo livro I apareceu originalmente em 1867. Os livros de número II, III e IV de *O Capital*, cumpre destacar, foram publicados postumamente.

Lênin escreveu *O Imperialismo* em Zurique, entre janeiro e julho de 1916. Publicou-o pela primeira vez em Petrogrado, na Rússia, em meados de 1917. Como pretendia editá-lo legalmente em seu país, adotou uma linguagem velada, com poucas observações políticas. Segundo suas próprias palavras, no prefácio escrito em 26 de abril de 1917, sua brochura foi elaborada "... tendo em conta a censura czarista. Por isso, não só me vi forçado a limitar-me estritamente a uma análise exclusivamente teórica — sobretudo econômica — como também tive de formular as indispensáveis e pouco numerosas observações políticas com a maior prudência, servindo-me de alusões...".

Apoiando-se nas leis do nascimento, desenvolvimento e decadência do capitalismo, estudadas por Marx, Lênin, pela primeira vez, realizou uma profunda análise científica da essência econômica e política do imperialismo. Sintetizando os novos fenômenos da economia do capitalismo mundial, demonstrou a inevitabilidade da agudização no imperialismo de todas as contradições inerentes à sociedade capitalista. Caracterizou o imperialismo como sendo o capitalismo parasitário, moribundo, em estado de putrefação, tendo revelado as condições de seu perecimento, a inevitabilidade e a necessidade da substituição do capitalismo por um regime social novo e progressivo: o socialismo. Fundamentou a tese de que “o imperialismo é a véspera da revolução social do proletariado. Isto foi confirmado à escala mundial desde 1917”.

O estudo do imperialismo, essa nova fase do desenvolvimento histórico, ocupou boa parte do tempo despendido por Lênin nos anos que vão de 1912 a 1916. Nesse período Lênin examinou perto de 150 livros e 230 artigos relativos ao tema do imperialismo, sendo que os apontamentos com os quais acompanhou essas leituras preencheram 20 cadernos que serviram de base para a redação de seu ensaio. Tais cadernos de notas, é importante salientar, foram publicados depois de sua morte com o título *Cadernos sobre o Imperialismo*.

* * *

“O imperialismo é, pela sua essência econômica, o capitalismo monopolista. Isto determina já o lugar histórico do imperialismo, pois o monopólio, que nasce única e precisamente da livre concorrência, é a transição do capitalismo para uma estrutura econômica e social mais elevada.” Assim é que Lênin inicia o último tópico de seu trabalho *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, assinalando quatro manifestações importantes do capitalismo monopolista.

Em primeiro lugar, o monopólio é um produto da concentração da produção num grau muito elevado do seu desenvolvimento, sendo que é formado pelas associações monopolistas dos capitalistas, pelos cartéis, pelos sindicatos e pelos trustes. Dá-se o nome de *truste* à associação financeira que resulta da fusão de várias firmas em uma única empresa, enquanto *cartel* é entendido como o acordo comercial realizado entre empresas produtoras que, embora conservem a autonomia interna, se organizam em sindicato para distribuir entre si cotas de produção, os mercados e determinar preços, suprimindo a livre concorrência.

No início do século XX esses grupos atingiram completo predomínio nos países avançados e se os primeiros passos no sentido da cartelização foram dados anteriormente pelos países de tarifas alfandegárias protecionistas elevadas (como a Alemanha e os Estados Unidos), a Inglaterra acabou mostrando um pouco mais tarde esse mesmo traço funda-

mental: o nascimento do monopólio como consequência da concentração da produção.

Em segundo lugar os monopólios vieram agudizar a luta pela conquista das mais importantes fontes de matérias-primas, particularmente para a indústria siderúrgica e de carvão que eram as mais cartelizadas da sociedade capitalista. A posse monopolista das fontes mais importantes de matérias-primas aumentou enormemente o poderio do grande capital e tornou mais agudas as contradições entre a indústria cartelizada e a não cartelizada.

A terceira manifestação principal do capitalismo monopolista diz respeito ao fato de que o monopólio surgiu dos bancos, os quais de modestas empresas intermediárias que eram antes transformaram-se em monopolistas do capital financeiro. Três ou cinco grandes bancos de cada uma das nações capitalistas mais avançadas realizaram a "união pessoal" do capital industrial e bancário, e concentraram em suas mãos somas de milhares e milhares de milhões, que constituem a maior parte dos capitais e dos rendimentos em dinheiro de todo o país. A oligarquia financeira tece uma densa rede de relações de dependência entre todas as instituições econômicas e políticas da sociedade burguesa contemporânea sem exceção: tal é a manifestação mais evidente deste monopólio.

Finalmente é preciso destacar que o monopólio nasceu da política colonial. Aos numerosos

“velhos” motivos da política colonial, o capital financeiro acrescentou a luta pelas fontes de matérias-primas, pela exportação de capitais, pelas “esferas de influência”, isto é, as esferas de transações lucrativas, de concessões, de lucros monopolistas, etc. e, finalmente, pelo território econômico em geral. Por exemplo, quando as colônias das potências européias na África representavam a décima parte desse continente, como acontecia ainda em 1876, a política colonial podia desenvolver-se de uma forma não monopolista, pela “livre conquista” de territórios. Mas quando 9/10 da África já estavam ocupados (por volta de 1900), quando todo o mundo estava já repartido, começou inevitavelmente a era da posse monopolista das colônias e, por conseguinte, de luta particularmente aguda pela divisão e pela nova partilha do mundo.

Assim, os monopólios, a oligarquia, a tendência para a dominação em vez da tendência para a liberdade, a exploração de um número cada vez maior de nações pequenas ou fracas por um punhado de nações riquíssimas ou muito fortes: tudo isto originou os traços distintivos do imperialismo, que obrigam a qualificá-lo de capitalismo parasitário, ou em estado de decomposição. Cada vez se manifesta com maior relevo, como uma das tendências do imperialismo, a formação de “Estados-rentiers”, de Estados usurários, cuja burguesia vive à custa da exportação de capitais e do “corte de

cupons". No seu conjunto, o capitalismo cresce com uma rapidez incomparavelmente maior do que antes, mas este crescimento não só é cada vez mais desigual como a desigualdade se manifesta de modo particular na decomposição dos países mais ricos em capital, como é o caso da Inglaterra.

* * *

Já nas primeiras linhas de sua brochura Lênin chama a atenção para o fato de que nos últimos quinze ou vinte anos — lembrem-se, ele escreveu isso em 1916 —, principalmente depois das guerras hispano-americana (1898) e anglo-bôer (1899-1902), as publicações econômicas e políticas utilizam cada vez mais o conceito de "imperialismo" para caracterizar a época que se estava atravessando. Recorda que em 1902 aparece em Londres e Nova Iorque o livro do economista inglês John Atkinson Hobson (1858-1940), *O Imperialismo*, e que esse economista burguês faz uma descrição excelente e pormenorizada das particularidades econômicas e políticas fundamentais do imperialismo. Em 1910 publica-se em Viena *O Capital Financeiro*, obra do marxista austríaco Rudolf Hilferding (1877-1941). No entender de Lênin, apesar de o autor cometer erros em algumas passagens do texto e procurar conciliar o marxismo com o oportunismo, seu trabalho constitui uma análise teórica extremamente valiosa da "fase

mais recente do desenvolvimento do capitalismo”.

Após essas breves considerações, Lênin chega a afirmar que, “no fundo, o que se disse acerca do imperialismo durante estes últimos anos – sobretudo no imenso número de artigos publicados em jornais e revistas (...) – nunca saiu do círculo das idéias expostas, ou melhor dizendo, resumidas, nos dois trabalhos mencionados...”. Nas páginas seguintes de seu ensaio Lênin expõe sumariamente, ao longo de quase uma centena de páginas, os laços e as relações recíprocas existentes entre as particularidades econômicas fundamentais do imperialismo. Assim, a partir daqui apresentarei, de maneira resumida, tais particularidades econômicas fundamentais.

A concentração da produção e os monopólios

A noção de *imperialismo* tornara-se amplamente difundida a partir do início do século atual na literatura política de diferentes correntes de pensamento. Tal noção era, todavia, relacionada predominantemente às características da ação política. Foi preciso esperar o surgimento da obra de Hilferding, *O Capital Financeiro*, para que fosse indicada na formação do *capital financeiro* (fusão do capital bancário com o industrial, com predomínio do

primeiro) a razão estrutural do fenômeno político do imperialismo. Dessa maneira, uma parte cada vez maior do capital industrial não pertence aos industriais que o utilizam. Podem dispor do capital unicamente por intermédio do banco que representa, para eles, os proprietários desse capital. Por outro lado, o banco também se vê obrigado a fixar na indústria uma parte cada vez maior do seu capital, convertendo-se, em proporções crescentes, em capitalista industrial. E é esse capital bancário, sob a forma de dinheiro, que pelo processo rapidamente descrito se transforma em capital industrial, que é chamado *capital financeiro*. Ou seja, o capital que se encontra à disposição dos bancos e que os industriais utilizam.

Todavia, esta definição está longe de ser completa, pois não indica um dos aspectos mais importantes: que o aumento da concentração da produção e do capital em grau tão elevado conduz e tem conduzido ao monopólio, embora Hilferding destaque o papel dos monopólios capitalistas. A história do aparecimento do capital financeiro e daquilo que este conceito encerra podem ser resumidos da seguinte forma: concentração da produção; monopólios que resultam da mesma; fusão ou junção dos bancos com a indústria. Em *O Capital* Marx já havia demonstrado, através de uma análise teórica e histórica do capitalismo, que a livre concorrência gera a concentração da produção, e que a referida concentração, num certo grau do seu

desenvolvimento, conduz ao *monopólio*.

Além disso, Hilferding praticamente ignora em seu livro:

- a repartição do mercado mundial operada pelos trustes internacionais;
- a relação entre o capital financeiro e a formação de uma camada parasitária que vive da renda de ações;
- os nexos entre o desenvolvimento do imperialismo e o surgimento do oportunismo no movimento operário.

Em suma, ele não vê com clareza *todas* as consequências políticas dos processos estruturais apesar de ter sido o primeiro a investigá-los de maneira orgânica.

Um resumo da história dos monopólios, em suas linhas gerais, poderia ser realizado da seguinte maneira: a) nas décadas de 1860 e 1870 atinge-se o grau superior, culminante, do desenvolvimento da livre concorrência. Nessa época os monopólios constituem apenas germes quase imperceptíveis; b) depois da crise de 1873 (com o craque de 1873 e, mais exatamente, com a depressão que se lhe seguiu e que abarca vinte e dois anos da história econômica da Europa) observa-se um longo período de desenvolvimento dos cartéis, os quais ainda constituem apenas uma exceção, não são sólidos e representam ainda um fenômeno passageiro; c) finalmente, há uma ascensão da economia nos fins do século XIX e ocorrem novas crises de 1900

a 1903. Já a partir daí os cartéis passam a ser uma das bases de toda a vida econômica: o capitalismo transformou-se em imperialismo.

Esses cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda e sobre os prazos de pagamento; repartem os mercados de venda; fixam a quantidade de produtos a fabricar; estabelecem os preços; distribuem os lucros entre as diferentes empresas, etc.

A concorrência transforma-se em monopólio, daí resultando um gigantesco progresso na socialização da produção. Socializa-se também, em particular, o processo dos inventos e aperfeiçoamentos técnicos. Isto nada tem a ver com a antiga livre concorrência entre patrões dispersos, que não se conheciam e que produziam para um mercado ignorado. A concentração chegou a tal ponto que foi possível fazer um inventário aproximado de todas as fontes de matérias-primas (por exemplo, jazidas de minérios de ferro) de um país e, ainda, de vários países e de todo o mundo. Não só se realiza este inventário, mas também associações monopolistas gigantescas se apoderam das referidas fontes. Efetua-se o cálculo aproximado da capacidade do mercado que estes grupos partilham entre si por contrato. Monopoliza-se a mão-de-obra qualificada e contratam-se os melhores engenheiros. As vias e meios de comunicação — as linhas férreas na América e as companhias de navegação na Europa e na América — vão parar nas mãos dos

monopólios. O capitalismo, na sua fase imperialista, conduz à socialização integral da produção nos seus mais variados aspectos. Praticamente arrasta os capitalistas contra sua vontade, e sem que disso tenham consciência, para um novo regime social, de transição entre a absoluta liberdade de concorrência e a socialização completa. A produção passa a ser social, mas a apropriação continua a ser privada. Os meios sociais de produção continuam a ser propriedade privada de um reduzido número de indivíduos. Mantém-se o quadro geral de livre concorrência formalmente reconhecida, e o jugo de uns quantos monopolistas sobre o resto da população torna-se bem mais duro, mais sensível, mais insuportável.

As associações monopolistas recorrem a vários meios no combate àqueles que não fazem parte dos cartéis. Além de utilizarem as condições técnicas para vencer a competição, recorrem ainda aos seguintes métodos:

- privação de matérias-primas (um dos processos mais importantes para obrigar a entrar no cartel);
- privação de mão-de-obra mediante "alianças" (quer dizer, mediante acordos entre os capitalistas e os sindicatos operários para que estes últimos só aceitem trabalho nas empresas cartelizadas);
- privação de meios de transporte, de possibilidades de venda e de créditos;
- acordo com os compradores para que estes man-

tenham relações comerciais unicamente com os cartéis;

- declaração do boicote;
- diminuição sistemática dos preços — com o objetivo de assimilar as empresas que não se submetem aos monopolistas, gastam-se durante um certo tempo milhões para vender a preços inferiores ao do custo.

Dessa maneira, a sociedade como um todo encontra-se perante o estrangulamento, pelos monopolistas, de todos aqueles que não se submetem ao monopólio, ao seu juízo, à sua arbitrariedade.

O capitalismo contemporâneo, cujo alto grau de concentração e centralização transformou a concorrência em monopólio, apresenta outra particularidade extremamente importante: a chamada "combinação", ou seja, a reunião numa só empresa de diferentes ramos da indústria que, ou representam fases sucessivas da elaboração de uma matéria-prima (por exemplo, a fundição do minério de ferro, a transformação do ferro fundido em aço e, em certos casos, a produção de determinados artigos de aço) ou desempenham um papel auxiliar uns em relação aos outros (como a utilização dos resíduos ou dos produtos secundários, a produção de embalagens, etc.).

A supressão das crises pelos cartéis é uma fábula dos economistas burgueses, pois as crises de todo o tipo, sobretudo as crises econômicas — mas não somente estas — aumentam por sua vez com a

tendência para a concentração e o monopólio. O autor cujo pensamento está sendo exposto afirma: "o monopólio é a última palavra da fase mais recente do desenvolvimento do capitalismo". Entretanto, para se compreender a força efetiva e o significado dos monopólios há que se dedicar especial atenção ao papel desempenhado pelos bancos nesta fase particular do capitalismo.

Os bancos e o seu novo papel

Ao processo de concentração do capital industrial, se soma o da concentração do capital bancário. De intermediários nos pagamentos os bancos se convertem em fornecedores essenciais de capital. Enquanto na fase do capitalismo predominantemente concorrencial os bancos constituem uma rede de pequenos intermediários, transformam-se agora num pequeno grupo de monopolistas que detém o capital, sendo esse um dos processos fundamentais da transformação do capitalismo em imperialismo capitalista.

Quando os bancos detêm a conta corrente de uma série de indústrias, cumprem aparentemente apenas uma tarefa técnico-auxiliar. Mas na realidade, quando essa função assume proporções consideráveis, os bancos conseguem ter não apenas uma perfeita informação de todo o ciclo de negócios e da situação econômica global, como também

intervêm na própria situação econômica, ampliando ou restringindo o crédito, aumentando ou diminuindo o preço do dinheiro, condicionando assim os investimentos e a própria vida das indústrias.

Em tal situação, a relação entre capital bancário e capital industrial se faz tão estreita que necessariamente tem de se desenvolver uma união pessoal dos bancos com as maiores empresas industriais e comerciais, uma fusão entre eles mediante a posse de ações ou a entrada de diretores de bancos nos conselhos de administração das empresas industriais e comerciais e vice-versa.

Os bancos convertem o capital-dinheiro inativo em capital ativo, isto é, em capital que rende lucro. Reúnem toda a espécie de rendimentos em dinheiro e os colocam à disposição da classe capitalista. Os pequenos estabelecimentos vão sendo afastados pelos grandes e em apenas alguns deles concentra-se a maior parte de todos os depósitos.

O aumento da concentração dos bancos restringe o círculo de instituições a que se poderia recorrer em busca de crédito, acarretando um aumento na dependência da grande indústria com relação a um reduzido número de grupos bancários. Assim, a grande indústria assiste com certa perplexidade à trustificação (unificação ou transformação em trustes) dos bancos, cada vez mais intensa.

A "união pessoal" dos bancos com as maiores empresas industriais — isto é, a fusão de ambos

mediante a posse das ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão ou de administração das empresas industriais e comerciais, e vice-versa — completa-se com a "união pessoal" dessas sociedades com o governo. Vários lugares nos conselhos de administração são confiados a personalidades de renome, bem como a antigos funcionários do Estado, que podem "facilitar" em grau considerável as relações com as autoridades.

Os grandes bancos criam seções especiais, destinadas a recolher informações financeiras, onde trabalham permanentemente dezenas de engenheiros, economistas, advogados, especialistas em estatística, etc. Ocorre, por um lado, a junção dos capitais bancário e industrial; e, por outro, a transformação dos bancos em instituições com um verdadeiro "caráter universal", isto é, informadas sobre todas as variáveis financeiras que lhes interessam.

Lênin deixa claro que o velho capitalismo caducou e que o novo constitui uma etapa de transição para algo diferente, fornecendo resposta bastante clara ao importante problema de saber em que período se situa o início da nova atividade dos grandes bancos. Para ele, as relações entre as empresas industriais com o seu novo conteúdo e as suas novas formas e os grandes bancos organizados de um modo ao mesmo tempo centralizado e descentralizado, não se estabelecem como fenômeno

característico da economia nacional antes do último decênio do século XIX. No final do século passado ocorrem as grandes fusões de empresas, que implantam pela primeira vez a nova forma de organização descentralizada, segundo a nova política industrial dos bancos.

O século XX assinala, portanto, a passagem do velho capitalismo para o novo; da dominação do capital em geral para a dominação do capital financeiro.

O capital financeiro e a oligarquia financeira

A gestão dos monopólios capitalistas transforma-se inevitavelmente na dominação da oligarquia financeira, através do "sistema de participação". É por meio desse sistema que o dirigente controla a *sociedade fundamental* (a "sociedade-mãe"); esta, por sua vez, exerce o domínio sobre as sociedades que dependem dela ("sociedades-filhas"); estas últimas, sobre as "sociedades-netas", etc. Desse modo é possível, sem possuir um capital muito grande, dominar ramos gigantescos da produção. Por exemplo, se a posse de 50% do capital é sempre suficiente para controlar uma sociedade anônima, basta que o dirigente possua apenas 1 milhão para estar em condições de



O capitalismo financeiro e a diluição das fronteiras nacionais.

controlar 8 milhões do capital das "sociedades-netas". E se esse entrelaçamento vai ainda mais longe, com 1 milhão pode-se controlar 16 milhões, 32 milhões, etc. Como boa parte dos pequenos acionistas se encontra dispersa (isto é, não tem na prática possibilidade alguma de assistir às assembleias gerais, etc.) basta possuir fração relativamente pequena das ações para dirigir os negócios de uma sociedade anônima. Um exemplo bastante recente do que se está afirmando é o da General Motors, onde o grupo que possui apenas 7% das ações mantém o controle da corporação.

Esse "sistema de participação" serve não só para aumentar em proporções gigantescas o poderio dos monopolistas como também permite a execução, impunemente, de "toda a espécie de negócios escusos e sujos e roubar o público". Isto porque os dirigentes das "sociedades-mães" não respondem pela "sociedade-filha" (considerada independente, segundo a lei), através da qual se pode fazer passar *tudo*.

O capital financeiro, concentrado em poucas mãos e gozando do monopólio efetivo, obtém um lucro enorme que aumenta quase indefinidamente, com a constituição de sociedades, emissão de valores, empréstimos do Estado, etc., consolidando a dominação da oligarquia financeira e impondo a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopolistas.

É importante salientar que se os lucros do capi-

tal financeiro são desmedidos durante os períodos de expansão industrial, nos períodos de depressão arruínam-se as pequenas empresas e aquelas pouco fortes. Aí é que novamente os grandes bancos entram em ação, adquirindo tais empresas a preços baixos ou no seu lucrativo "saneamento" e "reorganização". Tais operações de saneamento e reorganização tornam-se interessantes para os bancos por dois motivos: primeiro, como operação lucrativa; segundo, como ocasião propícia para colocar sob a sua dependência essas empresas.

Outra das operações particularmente lucrativas do capital financeiro é também a especulação com terrenos situados nos subúrbios das grandes cidades que crescem rapidamente. O monopólio dos bancos funde-se neste caso com o monopólio das vias de comunicação, pois o aumento dos preços dos terrenos, a possibilidade de vendê-los vantajosamente por parcelas, etc., dependem principalmente das boas vias de comunicação com a parte central da cidade, as quais se encontram nas mãos de grandes companhias ligadas a esses mesmos bancos mediante o sistema de participação e da distribuição dos cargos diretivos.

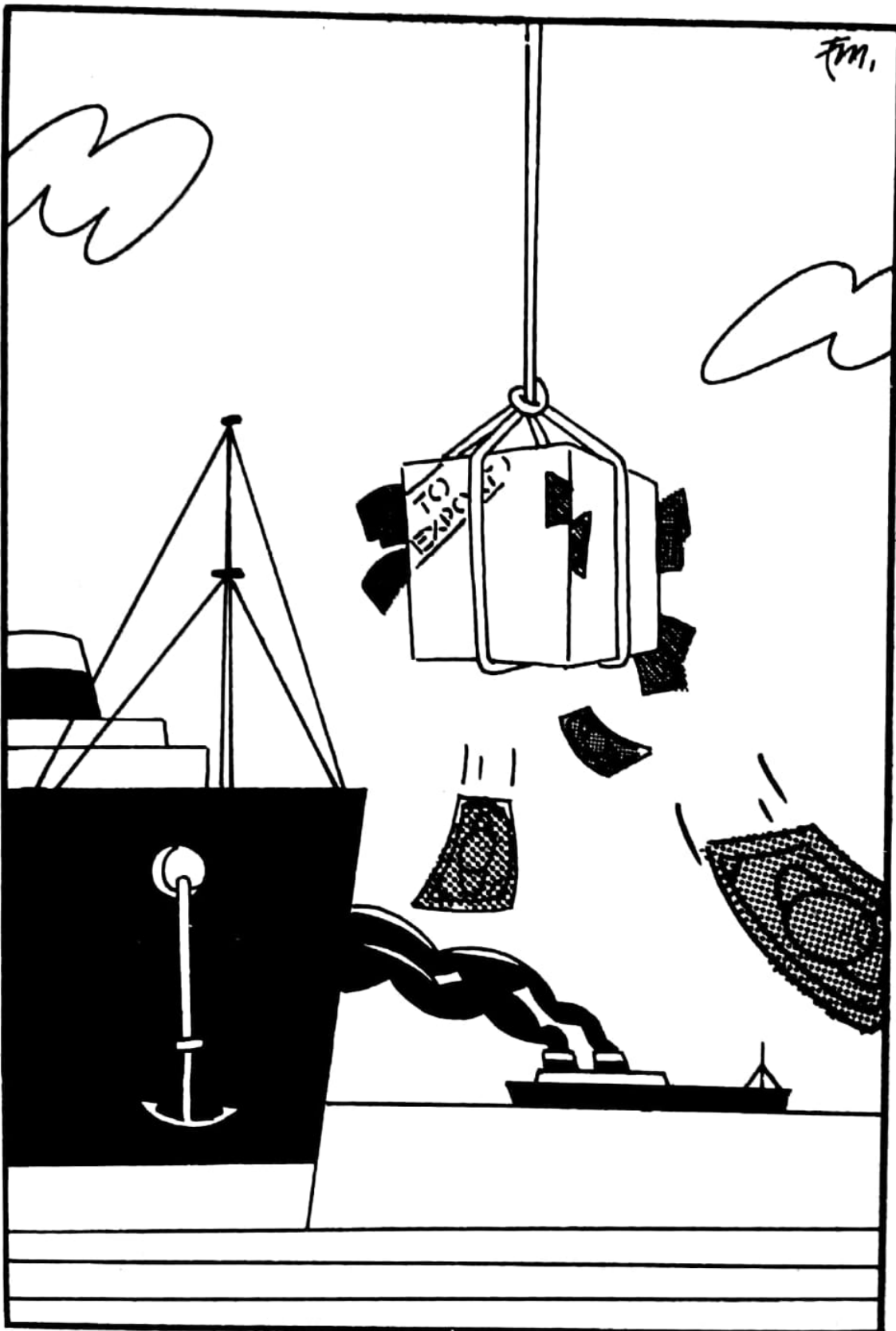
O monopólio, uma vez constituído e controlando milhares de milhões, penetra de maneira absolutamente inevitável em todos os aspectos da vida social, independentemente do regime político e de qualquer outra particularidade.

A exportação de capital

O que caracterizava o velho capitalismo, no qual dominava plenamente a livre concorrência, era a exportação de *mercadorias*, enquanto que a característica básica do capitalismo moderno, no qual impera o monopólio, é a exportação de capital.

Conforme Marx já deixou claro, o capitalismo vem a ser a produção de mercadorias no grau superior do seu desenvolvimento, quando até a força de trabalho se transforma em mercadoria. O desenvolvimento da troca constitui-se em traço distintivo e característico do capitalismo, sendo a Inglaterra a primeira a se transformar em país capitalista e, em meados do século XIX, ao implantar o livre câmbio, pretendeu ser a "oficina de todo o mundo", a fornecedora de artigos manufaturados para todos os países — os quais deviam fornecer-lhe, em contrapartida, matérias-primas.

Entretanto, já no último quartel do século XIX o monopólio da Inglaterra foi enfraquecido, pois alguns outros países que se haviam transformado em Estados capitalistas independentes começam a se defender através de direitos alfandegários protecionistas. No início do século atual observa-se a formação de monopólios de outro gênero: primeiro, uniões monopolistas de capitalistas em todos os países de capitalismo desenvolvido; segundo, situação monopolista de poucas nações



O novo capitalismo e a exportação de capital.

riquíssimas, nas quais a acumulação de capital tinha alcançado proporções gigantescas, fazendo com que se constituísse um enorme "excedente de capital" nos países avançados.

Esse "excedente de capital" — que jamais é investido no sentido de elevar o nível de vida das massas trabalhadoras do país — é exportado para o estrangeiro, dos países desenvolvidos para os países atrasados. Nos atrasados o lucro é em geral elevado, pois os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos e as matérias-primas baratas. Uma série de nações atrasadas já foram incorporadas na circulação do capitalismo mundial, e nelas já se construíram (ou foram iniciadas) as principais vias férreas, bem como foram asseguradas as condições elementares para o desenvolvimento da indústria. Assim, a necessidade da exportação de capitais obedece ao fato de que em alguns países (como a Inglaterra, a França e a Alemanha) o capitalismo "amadureceu excessivamente" e o capital — dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas — carece de campo para a sua colocação lucrativa.

Os países que tomam dinheiro emprestado insistem junto às grandes potências no sentido de obterem cada vez mais empréstimos. Em geral, mesmo que as perspectivas políticas não sejam animadoras e que o país que tomou o empréstimo esteja com sua economia já abalada, raramente qualquer dos mercados monetários se decide a negar um emprés-

timo com receio de que o vizinho se adiante, conceda e, ao mesmo tempo, obtenha certas vantagens em troca do serviço que presta. Nas transações internacionais deste gênero o credor obtém quase sempre algo em proveito próprio: um favor no tratado de comércio, a construção de um porto, uma concessão lucrativa ou uma encomenda de canhões. É muito comum observar que entre as cláusulas de empréstimo se imponha o gasto de uma parte do mesmo na compra de produtos do país credor, em especial de armamentos, barcos, etc. Portanto, a exportação de capitais passa a ser um meio de estimular a exportação de mercadorias. Num relatório do cônsul austro-húngaro em São Paulo encontrava-se escrito: "A construção das ferrovias brasileiras realiza-se, na sua maior parte, com capitais franceses, belgas, britânicos e alemães; os referidos países, ao efetuarem-se as operações financeiras relacionadas com a construção de ferrovias, reservam-se as encomendas de materiais de construção ferroviária".

A partilha do mundo entre as associações de capitalistas e entre as grandes potências

As associações de monopolistas capitalistas (cartéis, sindicatos, trustes) inicialmente partilham

entre si o mercado interno, apoderando-se de quase toda a produção do país. Entretanto sob o capitalismo, o mercado interno está inevitavelmente entrelaçado com o externo, constituindo-se assim um mercado mundial. À medida em que foi aumentando a exportação de capitais e se foram alargando as relações com o estrangeiro e com as colônias e as "esferas de influência" das maiores associações monopolistas, acabou levando a um acordo universal entre elas, à constituição de cartéis internacionais, num grau de concentração mundial do capital e da concorrência incomparavelmente mais elevado que os anteriores.

Os capitalistas realizam a partilha do mundo porque o grau de concentração a que se chegou os obriga a seguir esse caminho para manter seus lucros. E repartem-no segundo o capital e segundo a força sendo impossível qualquer outro processo de partilha no sistema da produção mercantil e no capitalismo. Por sua vez, a força varia de acordo com o desenvolvimento econômico e político.

No início do século atual observa-se "a partilha definitiva do planeta". Definitiva no sentido de que a política colonial dos países capitalistas já completou a conquista de todas as terras não ocupadas que havia no globo. Porém, antes de prosseguir na análise desse aspecto é preciso verificar a maneira pela qual o mundo encontrava-se repartido nessa época.

Para a Inglaterra o período de enorme intensi-

ficação das conquistas coloniais corresponde aos anos de 1860 a 1890, principalmente durante os últimos vinte anos do século XIX. Para a França e para a Alemanha corresponde exatamente a esses vinte anos. Conforme destaquei em páginas anteriores, o desenvolvimento máximo do capitalismo pré-monopolista, o capitalismo onde predomina a livre concorrência, vai de 1860 a 1870, aproximadamente. E é exatamente *depois desse período* que se observa a enorme intensificação de conquistas coloniais. Conseqüentemente, a passagem do capitalismo à fase do capitalismo monopolista, ao capital financeiro, *se encontra relacionada* com a exacerbação da luta pela partilha do mundo. Vários Estados europeus capitalistas (em ordem decrescente: Inglaterra, França, Alemanha, Bélgica e Portugal) colocam sob seu domínio, entre 1880 e 1900, grande quantidade de territórios e suas respectivas populações — as colônias —, o que constitui um fato universalmente conhecido da história da diplomacia e da política externa.

Cecil Rhodes (1853-1902), político inglês, milionário, rei da finança, principal responsável pela guerra anglo-bôer, ideólogo do imperialismo e do colonialismo, organizador da anexação pelos ingleses de um extenso território na África do Sul, percebia claramente, a exemplo de Joseph Chamberlain (1836-1914) — estadista inglês e Ministro das Colônias de 1895 a 1903 —, a ligação existente entre as raízes puramente econô-

micas do imperialismo moderno e as suas raízes sociais e políticas. Rhodes falava em 1895, a propósito de suas idéias imperialistas: "Ontem estive no East-End londrino (bairro operário) e assisti a uma assembléia de desempregados. Ao ouvir ali discursos exaltados cuja nota dominante era: pão!, pão!, e ao refletir, de regresso a casa, sobre o que tinha ouvido, convenci-me, mais do que nunca, da importância do imperialismo... A idéia que acalentou representa a solução do problema social: para salvar os 40 milhões de habitantes do Reino Unido de uma mortífera guerra civil, nós, os políticos coloniais, devemos apoderar-nos de novos territórios; para eles enviaremos o excedente de população e neles encontraremos novos mercados para os produtos das nossas fábricas e das nossas minas. O império, sempre o tenho dito, é uma questão de estômago. Se quereis evitar a guerra civil, deveis tornar-vos imperialistas".

* * *

A política colonial e o imperialismo existiam já antes da fase mais recente do capitalismo e até antes do capitalismo. Roma, baseada na escravidão, manteve uma política colonial e exerceu o imperialismo. Entretanto, as considerações gerais sobre o imperialismo que relegam a um segundo plano as diferenças essenciais entre as formações econômico-sociais, acabam por realizar compara-

ções entre "a grande Roma com a Grã-Bretanha", não acrescentando nada de útil à elucidação da questão da particularidade fundamental do capitalismo moderno. Mesmo a política colonial capitalista das fases anteriores do capitalismo é essencialmente diferente da política colonial do capital financeiro.

A particularidade fundamental do capitalismo moderno consiste na dominação exercida pelas associações monopolistas dos grandes patrões. Tais monopólios adquirem a máxima solidez quando conseguem reunir sob seu controle *todas* as fontes de matérias-primas e atuam no sentido de retirar dos adversários, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, as jazidas de petróleo, etc. A posse de colônias é a única coisa que garante de maneira completa o êxito do monopólio contra todas as contingências da luta com o adversário. Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a insuficiência de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta pela aquisição de colônias.

Como os monopólios se constituem na particularidade principal do capitalismo contemporâneo, o mercado livre passa cada vez mais para o domínio da história; os sindicatos e trustes monopolistas operam sua redução dia a dia. Para o capital financeiro, não são apenas as fontes de matérias-primas já descobertas (geralmente localizadas nas

colônias) que têm importância, mas também as possíveis, uma vez que a técnica avança com incrível rapidez e as terras hoje não aproveitáveis podem tornar-se amanhã terras úteis, se forem descobertos novos métodos ou se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com relação à exploração de riquezas minerais, sendo tendência inevitável do capital financeiro ampliar o seu território econômico e o seu território em geral. O capital financeiro tenta se apoderar das maiores extensões possíveis de território sempre pensando nas fontes potenciais de matérias-primas e temendo ficar para trás na luta furiosa para obter as últimas parcelas do mundo que ainda não foram repartidas ou para conseguir uma nova partilha das já repartidas.

Além disso, com o controle das colônias por parte dos países imperialistas, é sempre muito mais fácil, através da utilização de meios monopolistas, suprimir os concorrentes, garantir encomendas, etc. Toda essa situação de interesses e relações envolvidos provocou a seguinte afirmação de Hilferding: "O capital financeiro não quer a liberdade, mas a dominação".

O imperialismo, fase particular do capitalismo

Em resumo pode-se afirmar que, do ponto de

vista econômico, o *imperialismo capitalista* é a substituição da livre concorrência capitalista pelos monopólios capitalistas.

Uma definição o mais breve possível do imperialismo de acordo com a teoria leninista seria a seguinte: "o imperialismo é a fase monopolista do capitalismo". Entretanto é necessário, para se caracterizar o imperialismo, uma definição que inclua cinco traços fundamentais, quais sejam:

- a concentração da produção e do capital num grau tão elevado de desenvolvimento que criou os monopólios, os quais desempenham um papel decisivo na vida econômica;
- a fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação, baseada nesse "capital financeiro", da oligarquia financeira;
- a exportação de capitais, diferentemente da exportação de mercadorias, adquire uma importância particularmente grande;
- a formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si; e
- o término da partilha territorial do mundo entre as potências capitalistas mais importantes.

Nessa definição econômica, imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro; adquiriu marcada importância a exportação de capitais; começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a

partilha de todos os territórios disponíveis entre os países capitalistas mais importantes. Assim, no sentido puramente econômico o imperialismo representa em si, indubitavelmente, "uma fase particular de desenvolvimento do capitalismo".

Lênin desenvolve uma crítica penetrante à definição de Kautsky acerca do imperialismo, enquanto tendência dos países industrialmente desenvolvidos a anexar territórios agrícolas. E é particularmente rechaçada a tendência contida no estudo de Hobson que vê o imperialismo como *degenerescência* do capitalismo e não como seu desenvolvimento necessário. Trata-se do mesmo erro em que incorre Kautsky, que considera o imperialismo um "modo particular" através do qual o capitalismo se expressa (pela violência), e não como uma "tendência natural, necessária".

Karl Kautsky foi o principal teórico marxista da época da chamada II Internacional, isto é, dos vinte e cinco anos compreendidos entre 1889 e 1914 — ver, sobre as Internacionais, volume específico a ser lançado em breve nesta mesma coleção. Contrapondo-se às concepções leninistas, definiu o imperialismo como sendo um produto do capitalismo industrial altamente desenvolvido, consistindo na tendência de toda nação capitalista industrial para submeter ou anexar cada vez mais regiões *agrárias*, quaisquer que sejam as nações que as povoam.

Entretanto, esta definição é bastante incom-

pleta, pois destaca de modo unilateral apenas o problema nacional, relacionando-o arbitrariamente e incorretamente só com o capital industrial dos países que anexam outras nações, colocando em primeiro plano, da mesma forma arbitrariamente e errada, a anexação das regiões agrárias. O imperialismo é uma tendência para as anexações — eis a que se reduz a parte política desta definição. É justa, mas extremamente incompleta, pois no aspecto político o imperialismo é, em geral, uma tendência para a violência e para a reação. Encontra sua base estrutural não no capital industrial, mas no capital financeiro, donde deriva o impulso para anexar não apenas territórios atrasados, mas também para penetrar em países industrialmente desenvolvidos, por dois motivos: em primeiro lugar, estando já concluída a divisão do globo isso obriga, para tornar possível uma *nova partilha*, a estender a mão sobre todo tipo de territórios. Em segundo lugar, faz parte da própria essência do imperialismo a rivalidade de várias grandes potências nas suas aspirações à hegemonia, isto é, a apoderarem-se de territórios não apenas para si, mas também para enfraquecer o adversário e minar a sua hegemonia.

Se o imperialismo for concebido sem vinculação com o capital financeiro, que é sua base econômica fundamental, poderá deixar de aparecer como manifestação inevitável do capitalismo. Aí deixa-se de lado o elemento decisivo: que na fase imperialista agravam-se todos os contrastes de classe entre

o capitalismo e os trabalhadores; entre as metrópoles imperialistas e os povos coloniais, ao mesmo tempo em que se acentuam as contradições no interior do alinhamento imperialista monopolista.

Hobson, em *O Imperialismo* (1902), entende que o novo imperialismo distingue-se do velho porque, em vez da aspiração de um só império crescente, segue a teoria e a prática de impérios rivais, cada um deles guiando-se por idênticos apetites de expansão política e de lucro comercial. E também porque nessa forma do imperialismo predominam os interesses financeiros, ou relativos ao investimento de capital, sobre os interesses comerciais.

Assim, a concorrência entre os vários imperialismos e o predomínio do financeiro sobre o comercial foram aspectos destacados pelo economista inglês Hobson e que Kautsky estava longe de compreender.

O parasitismo e a decomposição do capitalismo

Conforme já se explicou, a base mais profunda do imperialismo é o monopólio capitalista, que acaba por gerar inevitavelmente uma tendência para a estagnação e para a decomposição. Na medida que se fixam preços monopolistas, ainda

que temporariamente, desaparecem até certo ponto as causas estimulantes do progresso técnico. Por conseguinte, tendem a desaparecer as causas estimulantes de todo o progresso, de todo o avanço, surgindo assim a possibilidade econômica de conter artificialmente o progresso técnico. No início do século tornou-se clássico o caso de um americano inventor de uma máquina que provocava verdadeira revolução no fabrico de garrafas. O cartel alemão de fabricantes de garrafas comprou-lhe as patentes e guardou-as à chave, atrasando a sua aplicação. É evidente, entretanto, que sob o capitalismo o monopólio não pode nunca eliminar do mercado mundial, completamente e por um período muito prolongado, a concorrência. É natural que a possibilidade de diminuir os gastos de produção e aumentar os lucros, implantando aperfeiçoamentos técnicos, atua a favor das modificações. Mas a tendência para a estagnação e para a decomposição, inerente ao monopólio, continua por sua vez a operar, e em certos ramos da indústria e em certos países há períodos em que consegue impor-se.

Com o imperialismo observa-se o desenvolvimento extraordinário de uma camada de indivíduos conhecida pelo nome de *rentier* (os *rentiers*), ou seja, de pessoas que vivem apenas do lucro extraído do capital líquido. Os *rentiers* seriam os capitalistas investidores, indivíduos que vivem do "corte de cupons", que não participam em nada

em nenhuma empresa. A exportação de capitais, uma das bases econômicas mais essenciais do capitalismo, acentua ainda mais este divórcio completo entre o setor dos *rentiers* e a produção, imprime uma marca de parasitismo a todo o país, que vive da exploração do trabalho de alguns países e colônias do ultramar.

No imperialismo, o predomínio do capital financeiro e da categoria do *rentier* imprime um enorme impulso a todos os fenômenos que são próprios do capitalismo: a especulação financeira, o jogo na bolsa e, principalmente, a especulação sobre os terrenos para a construção. Tudo isso adquire uma nova dimensão, modifica as relações tradicionais (capitalistas) entre os vários setores da economia e atribui à *especulação* uma função determinante.

A política parasitária desenvolvida pelos capitalistas inclui laços que unem o imperialismo aos interesses financeiros, ao aumento dos lucros resultantes dos contratos, dos fornecimentos, etc. Em muitas cidades, os ramos mais importantes da indústria dependem das encomendas do governo — o imperialismo dos centros da indústria metalúrgica e da construção naval dependem em grande parte deste fato.

Um dos principais fatores responsáveis pela redução da força dos velhos impérios vem a ser o "parasitismo econômico", pelo qual o Estado dominante utiliza suas províncias, colônias e países dependentes com a finalidade de enriquecer

a sua classe dirigente e subornar as classes inferiores para conseguir a sua concordância. Entretanto, para que esse suborno se torne economicamente possível, é necessário um elevado lucro monopolista.

Entre as particularidades do imperialismo relacionadas com os fenômenos já descritos figura a redução da emigração dos países imperialistas e o aumento da imigração (afluência de operários e migrações) para estes últimos. A massa humana que a eles chega vem, em geral, dos países mais atrasados, onde o nível dos salários é mais baixo.

Na Inglaterra, a tendência do imperialismo para dividir os operários e para acentuar o oportunismo entre eles, provocando uma decomposição temporária do movimento operário, manifestou-se muito antes dos fins do século XIX e princípios do século XX. Isto explica-se porque desde meados do século passado existiam na Inglaterra dois importantes traços distintivos do imperialismo: imensas possessões coloniais e situação de monopólio no mercado mundial, sendo que durante dezenas de anos Marx e Engels estudaram sistematicamente essa relação entre o oportunismo no movimento operário e as particularidades imperialistas do capitalismo inglês.

Em *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, de Engels, são analisadas as causas e conseqüências do aproveitamento, por parte dos operários ingleses, do monopólio colonial da

Inglaterra e do seu monopólio no mercado mundial. As *causas* são as seguintes: 1) exploração do mundo inteiro por este país; 2) a sua situação de monopólio no mercado mundial; 3) o seu monopólio colonial. E as *conseqüências*: 1) aburguesamento de parte do proletariado inglês; 2) uma parte dele permite que a dirijam pessoas compradas pela burguesia ou, pelo menos, pagas por ela.

O imperialismo do início do século atual completou a partilha do mundo entre alguns Estados, sendo que cada um deles explorava na ocasião uma parte do mundo um pouco menor do que aquela que a Inglaterra explorava em 1858. Cada um desses Estados ocupava, no princípio do século, uma posição de monopólio no mercado mundial graças aos trustes, aos cartéis, ao capital financeiro, às relações de credor e devedor. E, por último, cada um deles dispunha, até certo ponto, de um monopólio colonial — segundo as estatísticas disponíveis, de 75 milhões de quilômetros quadrados de *todas* as colônias do mundo 65 milhões, isto é, 86% estavam concentrados nas mãos de seis potências; 61 milhões, isto é, 81% concentravam-se em apenas três potências.

Crítica do imperialismo

A crítica do imperialismo foi entendida por Lênin no sentido amplo da palavra, ou seja, como a

atitude das diferentes classes da sociedade perante a política do imperialismo, de acordo com a ideologia geral das mesmas.

Uma série de fatores possibilitou a passagem em bloco de todas as classes proprietárias para o lado do imperialismo, série essa que poderia ser assim explicada: as proporções gigantescas do capital financeiro, concentrado em poucas mãos, deu origem a uma rede extraordinariamente vasta e densa de relações e vínculos. Isso, por um lado, fez com que ficasse subordinado ao seu poder não só a massa dos capitalistas e pequenos e médios empresários, mas também os mais insignificantes. Por outro lado, exacerbou a luta contra outros grupos nacionais-estatais financeiros pela partilha do mundo e pelo domínio sobre outros países. É interessante enfatizar que essa situação fez com que todas as classes proprietárias dessem sua adesão ao imperialismo.

No início do atual século o sinal do novo tempo foi o entusiasmo "geral" pelas perspectivas do imperialismo, a sua defesa furiosa, o seu embelezamento por todos os meios, tendo a ideologia imperialista penetrado mesmo no seio da classe operária.

O essencial da crítica do imperialismo consiste em saber se é possível modificar por meio de reformas suas bases, se há que seguir para diante, agudizando e aprofundando ainda mais as contradições que o imperialismo gera, ou se há que retroceder,

atenuando essas contradições. Como as particularidades políticas do imperialismo são a reação em toda a linha e a intensificação da opressão nacional — consequência da opressão da oligarquia financeira e da supressão da livre concorrência —, a oposição democrática pequeno-burguesa ao imperialismo aparece em quase todos os países imperialistas em princípios do século XX.

De acordo com Lênin, Hobson antecipou-se a Kautsky ao erguer-se contra a "inevitabilidade do imperialismo" e ao invocar a necessidade de "elevar a capacidade de consumo" da população (como se isso fosse possível sob o regime capitalista). São citados vários outros economistas e estudiosos que mantêm uma posição pequeno-burguesa na crítica do imperialismo, da onipresença dos bancos, da oligarquia financeira, etc. Todos eles, sem qualquer pretensão marxista, ingenuamente opõem ao imperialismo a livre concorrência e a democracia, condenam a aventura da estrada de ferro de Bagdad, que conduz a conflitos e à guerra, manifestam o "voto piedoso" de viver em paz, etc. Nos economistas burgueses essa ingenuidade nada tem de surpreendente. Tanto mais que lhes convêm, parecem tão ingênuos e falam "a sério" da paz sob o imperialismo. Entretanto, Hobson indaga: o que resta a Kautsky de marxismo quando em 1914, 1915 e 1916, adota essa mesma posição burguesa reformista e afirma que "toda a gente está de acordo" (imperialistas, pseudo-socialistas e

sociais-pacifistas) no que se refere à paz? Em vez de analisar e apontar em toda a sua profundidade as contradições do imperialismo, não se observa mais que o "desejo piedoso" reformista de as evitar, de as ignorar.

O rompimento de Kautsky com o marxismo ocorreu quando começou a defender, para a época do capital financeiro, um ideal reacionário, qual seja, a "democracia pacífica", o "simples peso dos fatores econômicos", pois este ideal arrasta *objetivamente* para trás, do capitalismo monopolista para o capitalismo não monopolista, e isto é um engano reformista. No seu entender o comércio da Inglaterra com o Egito (ou com outra colônia ou semicolônia) "teria crescido" mais *sem* a ocupação militar, sem o imperialismo, sem o capital financeiro. Que significa tal afirmação? Que o capitalismo se desenvolveria mais rapidamente se a livre concorrência não conhecesse a limitação que lhe impõem os monopólios em geral, as "relações" ou o jugo do capital financeiro e a posse monopolista das colônias por parte de alguns países? Os raciocínios de Kautsky não podem ter outro sentido, e este "sentido" é um sem sentido. Admita-se, por hipótese, que a livre concorrência, sem monopólios de nenhuma espécie, possa desenvolver o capitalismo e o comércio mais rapidamente. Entretanto, quanto mais rápido é o desenvolvimento do comércio do capitalismo, mais intensa é a **concentração** da produção e do capital que *gera*

o monopólio. E os monopólios já nasceram, precisamente, de livre concorrência. Assim, por mais voltas que se dê aos raciocínios de Kautsky, não se encontrará neles mais do que reacionarismo e reformismo burguês.

O aumento da exportação está relacionado precisamente com as fraudulentas maquinações do capital financeiro, que não se preocupa com a moral burguesa e esfolia o boi duas vezes: primeiro com o lucro do empréstimo e depois com o lucro *desse mesmo empréstimo* investido na aquisição de artigos ou materiais ferroviários do sindicato do aço, etc. Para raciocinar sobre a significação do capital financeiro no que se refere à exportação, etc., é indispensável saber destacá-la de maneira especial e unicamente na sua relação com as maquinações dos financeiros, de maneira especial e unicamente na sua relação com a venda dos produtos dos cartéis, etc. Limitar-se a comparar simplesmente as colônias em geral com as não colônias, um imperialismo com outro, uma semicolônia ou colônia com todos os países restantes significa deixar de lado e escamotear precisamente a *essência* da questão, que é o que Kautsky faz. E a crítica teórica do imperialismo que realiza não tem nada de comum com o marxismo, servindo apenas como ponto de partida para preconizar a paz e a unidade com os oportunistas e os sociais-chauvinistas. Isto porque deixa de lado e oculta precisamente as contradições mais profundas e fundamentais do

imperialismo: as contradições entre os monopólios e a livre concorrência que existe paralelamente a eles, entre as "operações" gigantescas (e os lucros gigantescos) do capital financeiro e o comércio "honesto" no mercado livre, entre os cartéis e trustes, por um lado, e a indústria não cartelizada por outro, etc.

Através de uma comparação com os raciocínios de Hobson (1902), pode-se mostrar o caráter reacionário da famosa teoria do "ultra-imperialismo", divulgada por Kautsky em 1915. Achava este último que a política imperialista atual poderia ser suplantada por outra nova, ultra-imperialista, que em vez da luta dos capitais financeiros entre si estabeleceria a exploração comum de todo o mundo pelo capital financeiro unido internacionalmente. Essa nova fase do capitalismo era, para ele, concebível, embora ponderasse que a inexistência de premissas suficientes não permitia resolver se era realizável ou não.

A fase do "ultra-imperialismo" seria aquela em que a formação de trustes internacionais chega a ponto de criar uma única grande concentração mundial, com o que não mais poderiam ocorrer guerras, uma vez que seriam superadas as contradições intermonopolistas que as geram. Essa hipótese de Kautsky é logicamente possível se se raciocina de maneira abstrata. Entretanto, levando-se em consideração os processos históricos reais, ou seja, ao se captar o fenômeno do imperialismo

não em uma única de suas componentes — a tendência à concentração financeira — mas em todos os seus elementos, para ser fiel à interpretação leninista, então não há dúvida que o desenvolvimento segue a linha de um único truste mundial que enriqueça todas as empresas e todos os Estados sem exceção. Mas a segue em tais circunstâncias, sob tais ritmos, com tais contrastes, conflitos e choques — e não apenas econômicos, mas também políticos, nacionais, etc., etc. — que necessariamente, *antes* que se chegue a um único truste mundial, à associação mundial “ultra-imperialista” dos capitais financeiros nacionais, o imperialismo deverá forçosamente explodir e o capitalismo se transformará em seu contrário.

Segundo Hobson, o cristianismo consolidado num número limitado de grandes impérios federais, cada um deles com colônias não civilizadas e países dependentes, parecia a muitos a evolução mais legítima das tendências atuais, uma evolução que, além disso, permitiria alimentar as maiores esperanças numa paz permanente sobre a base sólida do interimperialismo.

Kautsky qualifica de ultra-imperialismo ou superimperialismo aquilo que Hobson qualificava, treze anos antes, de interimperialismo. Assim, o progresso do pensamento “científico” em Kautsky reduz-se à pretensão de fazer passar por marxismo aquilo que Hobson descreve, em essência, como manifestação hipócrita do clero inglês.

Após a guerra anglo-bôer, era natural que os padres dedicassem a maior parte de seus esforços com a finalidade de consolar os filisteus e operários ingleses, que tinham sofrido um bom número de mortos nas batalhas sul-africanas e tiveram de pagar impostos elevados para garantirem maiores lucros aos capitalistas financeiros ingleses. E que melhor poderia consolá-los do que a idéia de que o imperialismo não era assim tão mau, que se encontrava muito próximo do inter ou ultra-imperialismo, capaz de assegurar a paz permanente? Quaisquer que fossem as boas intenções dos padres ingleses ou as de Kautsky, o verdadeiro sentido social da sua "teoria" é um só: a consolação arqui-reacionária das massas com a esperança na possibilidade de uma paz permanente sob o capitalismo, desviando a atenção das agudas contradições e dos agudos problemas da atualidade de então, para as dirigir para as falsas perspectivas de um possível e desejado ultra-imperialismo futuro.

Dessa maneira, as alianças interimperialistas ou ultra-imperialistas no mundo capitalista — seja qual for a sua forma: uma coligação imperialista contra outra coligação imperialista, ou uma aliança geral de *todas* as potências imperialistas — só podem ser, inevitavelmente, "tréguas" entre guerras. As alianças pacíficas preparam as guerras e por sua vez surgem das guerras, conciliando-se mutuamente, gerando uma sucessão de formas de luta pacífica e não pacífica sobre uma mesma base de vínculos

Kautsky

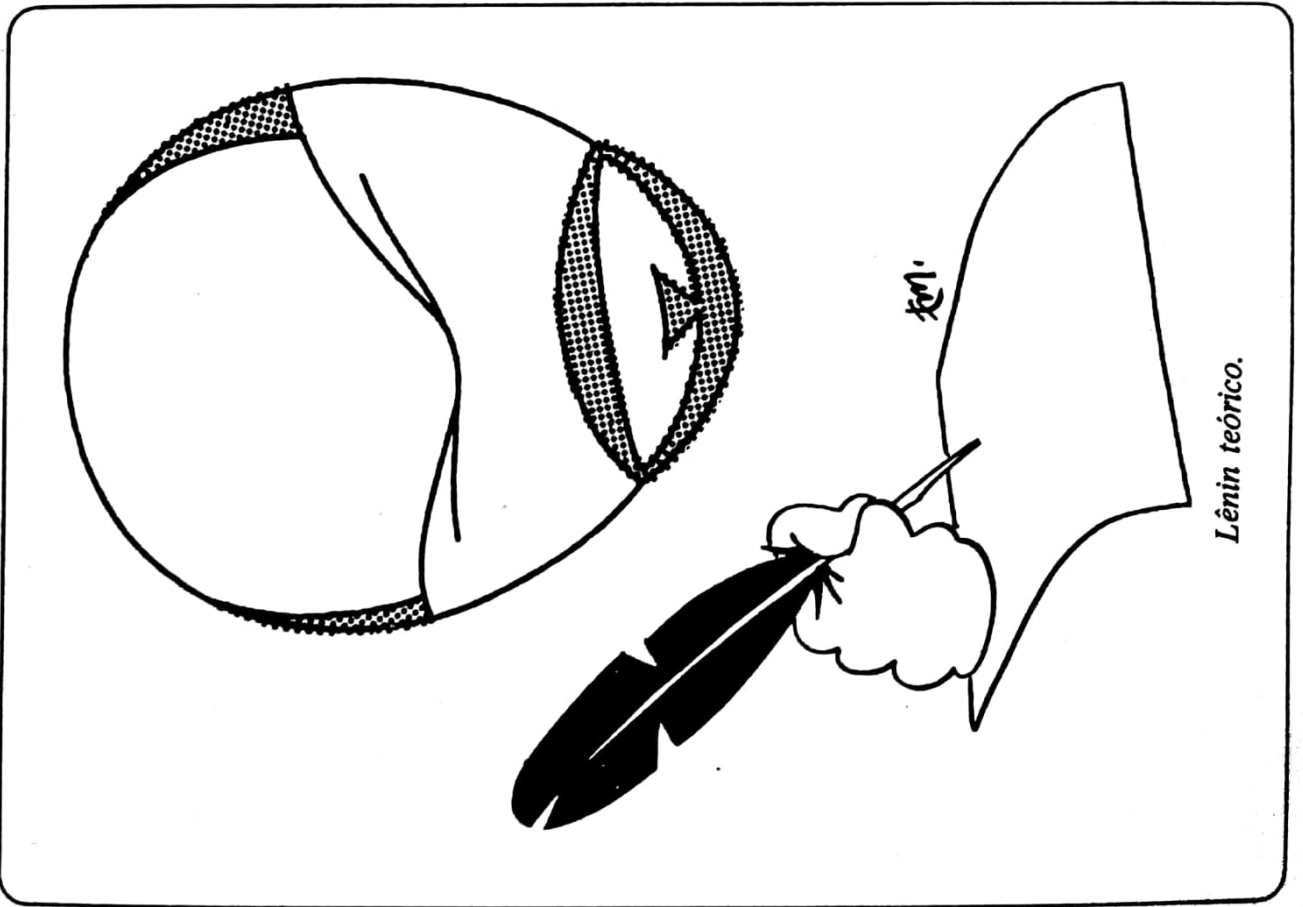
imperialistas e de relações recíprocas entre a economia e a política mundiais.

O lugar do imperialismo na história

Neste último tópico de seu trabalho Lênin tece algumas considerações — além daquelas que já destaquei no início do capítulo — a respeito dos *efeitos que a prática imperialista acarreta sobre a classe operária*. Considera que a obtenção de elevados lucros monopolistas pelos capitalistas de um dentre muitos ramos da indústria, de um dentre muitos países, oferece-lhes a possibilidade econômica de subornarem certos setores operários. E, temporariamente, torna possível subornar uma minoria bastante considerável destes últimos, atraindo-os para o lado da burguesia desse ramo ou dessa nação, contra todos os outros.

O acentuado antagonismo das nações imperialistas pela partilha do mundo aprofunda essa tendência. Cria-se, assim, a ligação entre o imperialismo e o oportunismo, ligação que se manifestou, antes que em qualquer outro lado e de uma forma mais clara, na Inglaterra, devido ao fato de vários dos traços de desenvolvimento imperialista aparecerem nesse país muito antes de aparecerem noutros.

A conquista teórica de Lênin está na lúcida visão



de como a estratégia do proletariado deva ser posta no quadro do desenvolvimento imperialista. O momento em que Lênin se apresenta no movimento operário como o teórico que deu a mais lúcida definição do imperialismo e de suas conseqüências políticas, é também o momento em que ele se apresenta como um dirigente do movimento operário revolucionário a nível internacional.

A tomada de consciência do fenômeno do imperialismo, efetivada no seio da esquerda social-democrata no curso da Primeira Guerra Mundial, repropõe a questão nacional e o princípio da autodeterminação dos povos. Esboçam-se duas orientações: a dos que, diante do novo grau de internacionalização do capital representado pelo imperialismo, consideram que a questão nacional já está superada, enquanto momento essencial da luta revolucionária do proletariado; e a dos que, como Lênin, consideram que precisamente essa mais direta e orgânica opressão dos povos, exercida pelo capitalismo transformado em imperialismo, coloca com novo vigor e com maior amplitude a questão nacional, de modo a torná-la mais que nunca uma parte integrante do programa revolucionário do proletariado.

O imperialismo, ao superar os limites dos Estados nacionais, faz com que todas as contradições sejam aguçadas e os conflitos nacionais se somem aos conflitos de classe. Também assim amadurecem, rapidamente, as condições para o socialismo.

E Lênin chega a sentenciar, corretamente, que a luta contra o imperialismo é uma frase oca e falsa se não for indissoluvelmente ligada à luta contra o oportunismo existente no interior do movimento operário.

ROSA LUXEMBURGO E A ACUMULAÇÃO DO CAPITAL

Rosa Luxemburgo nasceu na pequena cidade polonesa de Zamoso (então pertencente ao Império Russo) em março de 1871 e faleceu em Berlim em janeiro de 1919. Filha de judeus pequeno-burgueses, sua família tinha possibilidades econômicas limitadas.

Sua infância transcorreu relativamente calma, apesar da deformidade num dos quadris que foi erradamente diagnosticada como tuberculose óssea. Esta doença imobilizou-a durante um ano, deixando-a coxa para o resto da vida. Antes de completar três anos sua família mudou-se para Varsóvia, onde passou a infância e adolescência. Lá foi objeto de dupla discriminação legal em sua educação, uma vez que era simultaneamente judia e polonesa.

Em 1887 graduou-se pela escola secundária de Varsóvia tendo conhecido o Partido Proletário, aliado ao movimento populista russo e ingressado em uma de suas células. É importante frisar que foi essa a primeira tentativa de organização de um partido socialista na Polônia. Suas atividades acabaram por chamar a atenção da polícia e aos 19 anos foi obrigada a se exilar. Decidiu ir para Zurique (Suíça) a fim de estudar na Universidade e também para se juntar à colônia de exilados russos e poloneses que tinham aí se estabelecido. Entre eles se encontrava Plekhanov (1856-1918), chamado "o pai do marxismo russo". Inscreveu-se na Universidade em 1890, na Faculdade de Filosofia, onde estudou durante dois anos ciências naturais e matemáticas. Em 1892 mudou de curso e matriculou-se na Faculdade de Direito, tendo-a cursado durante cinco anos. Data de 1898 a defesa de sua tese de doutorado em ciências políticas intitulada *O Desenvolvimento Industrial da Polônia*.

Em 1894 fundou a Social-Democracia do Reino da Polônia, que se constituiu em uma ruptura com o Partido Socialista Polonês. Acreditava que a luta pela independência nacional da Polônia, despidida do conteúdo de classe, levaria o proletariado a reboque da burguesia, sob o manto nacionalista. O proletariado polonês deveria procurar a sua libertação através de uma aliança com a classe trabalhadora russa, e não apoiar a burguesia polonesa em

nenhuma luta nacional. O argumento utilizado era o de que a burguesia polonesa, por necessitar do vasto mercado russo para as suas indústrias, estava bastante ligada ao Tzarismo e ao Império Russo para empreender uma luta efetiva. Defendia também a idéia de que a classe trabalhadora polonesa deveria lutar por uma revolução socialista e não por uma revolução que instituísse uma democracia burguesa.

Mudou-se em 1898 para a Alemanha, então o centro do mundo socialista, onde começou a militar na social-democracia. O Partido Social Democrata viria a ter, em 1913, noventa jornais diários, com uma circulação superior a um milhão e trezentos mil exemplares, bem como sessenta e duas tipografias, empregando cerca de três mil trabalhadores pagos em jornada de trabalho integral. Para poder se estabelecer na Alemanha sem ter complicações com a polícia, Rosa casou-se em abril de 1898 com Gustav Lubeck, o que lhe deu a nacionalidade alemã. Este casamento foi uma completa ficção legal, na medida que o casal se separou à porta do Registro Civil.

Desde a sua chegada à Alemanha até o ano de 1908, envolveu-se em vários debates teóricos, teve ativa participação como militante do Partido Social Democrata e escreveu muito, sendo importante destacar dois de seus livros: *Reforma Social ou Revolução* e *Greve de Massas, Partidos Políticos e Sindicatos*. Neste último, publicado em 1906,

sintetizou sua experiência política na Polônia, realizando também uma análise geral da revolução russa de 1905.

Em 1908 tornou-se docente da Escola Central do Partido Social Democrata em Berlim, onde se manteve até 1914. Nesta atividade de professora teve a oportunidade de produzir vários textos, entre os quais *A Acumulação do Capital* (1913) — que continua a ser considerada a sua obra teórica principal — e *Introdução à Economia Política*.

Os anos posteriores a 1911 foram mais frutíferos para Luxemburgo, que se envolveu na agitação provocada pelo Partido acerca da questão do sufrágio na Prússia, onde a maioria dos trabalhadores era impedida de votar nas eleições para a Assembleia. Com o eclodir da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), tomou uma posição contrária à mesma, tendo passado praticamente toda a guerra na prisão onde escreveu, entre outros, *A Crise na Social Democracia Alemã* — cuja intenção era fornecer a palavra de ordem unificadora da esquerda antiguerra — e as *Cartas da Prisão* (publicadas apenas em 1921). Ainda durante o período do cativeiro, juntamente com Franz Mehring, Karl Liebknecht e Leo Jogiches, fundou a Liga Spartakus, de ação revolucionária.

Com a revolução de novembro de 1918 e com a queda do governo do Kaiser, foi posta em liberdade e começou imediatamente a ampliar a influência da esquerda revolucionária. Em dezembro do

mesmo ano a Liga Spartakus realizou uma conferência com outros grupos de esquerda e fundou o Partido Comunista da Alemanha.

No início de janeiro de 1919 os trabalhadores berlinenses iniciaram uma série de manifestações armadas como protesto contra a tentativa de destituir o chefe da Polícia de Berlim, um popular social-democrata de esquerda e, como tal, um obstáculo ao projeto do Exército de "restaurar a lei e a ordem" com a conivência do governo social-democrata republicano. Estas manifestações ficaram conhecidas como Semana Spartakus, porque, se bem que os líderes da Liga Spartakus fossem contra tais manifestações, colocavam-se à cabeça destas quando não conseguiam dissuadir os trabalhadores de agir. O Exército acabou esmagando tais contestações de um modo sangrento e brutal, tendo sido desencadeada uma verdadeira onda de terror contra todos os socialistas revolucionários.

Em 15 de janeiro de 1919 Rosa Luxemburgo e Karl Liebknecht foram presos por oficiais do Exército e brutalmente assassinados. Luxemburgo foi espancada até a morte com coronhadas e o seu corpo lançado para um canal onde ficou durante algumas semanas. Liebknecht foi baleado mortalmente na cabeça, transportado para um necrotério e sepultado como "uma pessoa desconhecida encontrada morta a bala".

Apesar das muitas divergências existentes entre

Lênin e Rosa — é interessante ter em mente que ela foi uma defensora ardente da Revolução Russa, embora não tenha assumido de modo algum uma atitude acrítica perante ela —, Lênin chegou a afirmar: “Rosa Luxemburgo foi, e continua a ser para nós, uma águia”.

Rosa Luxemburgo viveu e morreu pela causa a que dedicou apaixonadamente toda a sua vida, tendo lutado pela libertação da classe trabalhadora (e, de um modo geral, de toda a humanidade) dos horrores do capitalismo imperialista.

Indagações que levaram Rosa Luxemburgo a escrever “A Acumulação do Capital”

Rosa Luxemburgo descrevia no “Prólogo” de seu principal estudo teórico, em dezembro de 1912, as razões que a levaram à redação de *A Acumulação do Capital*. Afirmava a autora que “a idéia deste trabalho surgiu da *Introdução à Economia Política*, obra de divulgação que há muito tempo venho preparando, constantemente interrompida pelas minhas atividades na escola do Partido e pelas campanhas de propaganda. Em janeiro deste ano, após as eleições para o Reichstag (parlamento alemão), tentei terminar aquele trabalho de divulgação da teoria econômica de Marx,

mas me defrontei com uma dificuldade inesperada. Não conseguia expor com suficiente clareza o processo global da produção capitalista em seu aspecto concreto, nem seus limites históricos objetivos. Aprofundando-me no assunto, cheguei à conclusão de que não se tratava simplesmente de uma dificuldade de exposição. A dificuldade envolvia um problema teoricamente relacionado com a doutrina do volume II de *O Capital* de Marx, e, que, além disso, se vincula estreitamente com a atual política imperialista e suas raízes econômicas. Tentei formular com toda a exatidão científica esse problema. Se houvesse conseguido, meu trabalho não teria somente interesse teórico puro, mas encerraria, também, em minha opinião, certa importância para nossa luta prática contra o imperialismo."

Assim, em *A Acumulação do Capital*, retomando o volume II do texto de Marx, constatou que a reprodução composta era possível e que conduzia ao imperialismo e à crise. O capitalismo destrói as formas pré-capitalistas de produção — a escravidão, o feudalismo, a economia camponesa — e para a realização da mais-valia, mediante a política de empréstimos externos de Estado a Estado, protecionismo alfandegário e exportação do capital, chega ao imperialismo. Esse processo é empiricamente comprovado por ela através do estudo da história econômica européia, asiática, africana e latino-americana, a partir do século passado.

Na época em que escrevia seu livro muitos socialistas discutiam as análises marxistas sobre a decadência do capitalismo — e freqüentemente acabavam por deformá-las. Eduard Bernstein (1850-1932), em especial, desde 1896-1900 se apoiava no fato de que os salários reais aumentavam e o exército industrial de reserva diminuía para criticar Marx e afirmar que o capitalismo poderia desenvolver-se indefinidamente, sem obstáculos.

É contra esta tendência e, principalmente contra Bernstein, que a autora vai argumentar, afirmando que o capitalismo em determinada etapa de sua evolução, encontrará fortes barreiras que irão impedir seu desenvolvimento indefinidamente. Para ela, Marx não se equivocou. Apenas não tornou óbvia a impossibilidade de o capitalismo arruinar-se enquanto existissem setores e países pré-capitalistas que pudessem ser conquistados.

Além de Bernstein, certos revisionistas e vários outros membros da Internacional socialista mostraram-se, desde o começo do século atual, abertamente favoráveis ao *colonialismo*. Em contrapartida, alguns adversários destes revisionistas insistiram no papel dos mercados externos para o desenvolvimento das economias capitalistas, enfatizando que o capitalismo poderia arruinar-se caso o mercado se tornasse demasiadamente estreito. É assim por exemplo que Kautsky, que na década de noventa aparecia como o defensor do marxismo

revolucionário, insiste na importância do papel dos mercados externos no desenvolvimento das economias capitalistas. Em um artigo publicado em 1902 ponderava ele que o mercado crescia mais vagorosamente que a acumulação de capital e que o aumento na produtividade do trabalho. Como consequência, a indústria capitalista deveria procurar um mercado suplementar localizado fora de seu domínio, em nações e estratos da população não capitalistas. Acrescentava ainda que não apenas as crises eram inevitáveis como também o capitalismo seria conduzido a um "período de depressão crônica". Isso precisamente devido à impossibilidade de se ampliar, indefinidamente, o mercado mundial.

Escrevia também que os conflitos internacionais iriam se tornar mais sérios, pois à medida em que o estado de depressão crônica se aproximava, cada nação procuraria estender sua parte do mercado à custa das outras, utilizando as conquistas coloniais, as tarifas alfandegárias e os cartéis. Mais tarde, Kautsky repudiará total e explicitamente estas teses; todavia, é interessante recordá-las uma vez que constituíam uma das respostas que se poderia dar aos revisionistas.

Respondendo aos revisionistas Luxemburgo destaca que se as previsões de Marx não se verificam com exatidão é em virtude das possibilidades de expansão que as colônias oferecem à Europa. Entretanto, uma vez que o mercado mundial se

tenha paulatinamente constituído e não possa ser alargado por meio de freqüentes ampliações, enquanto que a produtividade do trabalho não deixará de progredir, o conflito periódico entre as forças produtivas e os limites da mudança começará cedo ou tarde e sua repetição irá se fazer cada vez mais violenta e impetuosa.

Interessando-se pelo *problema do crescimento*, procura destacar também os movimentos cíclicos da economia. Para ela é fundamental ter em mente que, embora a periodicidade de conjunturas de prosperidade e de crise represente um elemento importante da reprodução, não constitui o problema da reprodução capitalista em sua essência. A existência de ciclos faz com que a produção seja algumas vezes superior e outras inferior à demanda efetiva. Sem dúvida, em um período de tempo mais longo se pode obter um volume médio de reprodução, e isto não é puramente teórico, pois além dos movimentos cíclicos *a capacidade produtiva se desenvolve progressivamente*. E ela se pergunta: "Como se realiza isto...? Aqui começam as dificuldades..." A essa questão de Luxemburgo, podem ser acrescentadas outras, tais como: por que cresce a economia capitalista? Pode ela crescer de maneira ilimitada? Qual a origem da propensão para investir? De onde vem a demanda que permite a continuidade da acumulação? São estas, acredito, questões fundamentais que necessitam ser respondidas. Trata-se, em suma,

do problema da *propensão para investir*. Assim, resta saber quais as razões que levam os capitalistas a investir e como eles sabem se existirá uma demanda suficiente para os produtos criados pelo novo capital.

Críticas às concepções de Marx

Rosa Luxemburgo, nos notáveis capítulos de história do pensamento econômico, rechaça as várias colocações de J. B. Say, David Ricardo, Sismondi e Malthus sobre a lei dos mercados. Igualmente são rechaçadas as teses dos populistas russos que defendiam a necessidade de mercados exteriores, além de criticar violentamente, também, as teses dos *marxistas legais* que defendiam a possibilidade de um desenvolvimento indefinido do capitalismo apoiado unicamente no mercado interno, levando ao absurdo, porém, certas descobertas de Marx.

Salienta que os esquemas de reprodução ampliada do livro II de *O Capital* conduzem a um resultado insatisfatório e contraditório em relação ao livro III. Para Rosa, os esquemas de reprodução do livro II de *O Capital* dão a impressão de que é possível um desenvolvimento *indefinido* do capitalismo, apoiado apenas no mercado *interno*, com a condição de que as proporções entre os dois setores

sejam respeitadas. Dessa maneira, após apresentar os esquemas de Marx afirma que a acumulação do capital parece poder continuar de maneira indefinida e numa progressão constante, com uma extensão ilimitada da produção, apoiada apenas no mercado interno.

O erro de Marx, para ela, consiste em haver raciocinado no marco de uma nação, mais precisamente, de formular sua argumentação como se o mundo inteiro fosse uma única nação capitalista. Conseqüentemente, o esquema marxista de reprodução ampliada não pode explicar o processo de acumulação tal como se verifica na realidade, nem como se impõe historicamente. O esquema marxista expõe o processo de acumulação a partir do pressuposto segundo o qual capitalistas e trabalhadores constituem-se nos únicos consumidores.

O livro III de *O Capital* fala de uma contradição entre a capacidade ilimitada de desenvolvimento das forças produtivas e a capacidade limitada de desenvolvimento do consumo interno nas condições de distribuição capitalista das rendas. E é esta contradição que faz com que *se tornem necessários os mercados externos*, que desempenham um papel essencial na propensão prévia para produzir, um papel essencial na criação da mais-valia, na época da acumulação primitiva. "Em nossos dias", contudo, desempenham apenas o papel de fonte para os excedentes de produtos, um papel na *realização* da mais-valia. Marx explica que "atual-

mente" a *criação* da mais-valia já não depende da existência de mercados externos, senão unicamente da importância da população operária e do grau de exploração do trabalho.

Assim, se os mercados externos não desempenham *nos dias atuais* um papel essencial na propensão prévia para produzir permitem, sem dúvida alguma, vender os excedentes dos produtos; são indispensáveis para a *realização da mais-valia*. A insuficiência do consumo interno impede a venda no mercado interno de todos os estoques dos produtos, o que acaba conduzindo os capitalistas a procurar vender suas mercadorias excedentes nos mercados externos.

Poderiam ser destacadas outras passagens onde Marx prossegue em suas considerações sobre a necessidade dos mercados externos para a *realização da mais-valia*. Entretanto, quanto a este aspecto, creio que já apresentei o núcleo das idéias do pensador alemão, permitindo assim uma compreensão adequada por parte dos leitores. Gostaria então de discutir, a partir de agora, a validade das críticas que Rosa Luxemburgo dirige a Marx.

Acredito que tais críticas são equivocadas em dois pontos: primeiro, a idéia segundo a qual o livro II de *O Capital* daria a impressão de um possível desenvolvimento indefinido do capitalismo, apoiando-se no mercado interno, parece constituir-se em uma *interpretação incorreta*. É verdade que nos esquemas do livro II Marx insiste essencial-

mente na necessidade de uma proporcionalidade entre os setores (*setor I* — produtor de bens de produção; *setor II* — produtor de bens de consumo) para que o problema dos mercados seja resolvido. Todavia, parece não ser possível concluir que Marx avenge a possibilidade de um desenvolvimento ilimitado do capitalismo, tendo por base o mercado interno. Toda a obra de Marx, por outro lado, constitui em certo sentido uma negação desta possibilidade de uma expansão indefinida.

Não se pode exigir dos esquemas do livro II mais do que eles efetivamente nos mostram. Nestes esquemas, a vontade dos capitalistas de investir é admitida e mantida, sendo que Marx busca, simplesmente, quais são as condições do equilíbrio econômico — e a esse respeito é o primeiro a mostrar que esta condição é a igualdade entre o investimento e a poupança. Assim, não se pode buscar em tais esquemas uma explicação do impulso para investir, por parte dos capitalistas. Em segundo lugar, não é correto afirmar que há uma contradição entre os livros II e III de *O Capital*. A oposição sobre a qual Marx insistirá no livro III, entre a tendência a uma acumulação cada vez mais importante e à proletarização das massas populares, surge como um atentado à necessária proporcionalidade entre os setores.

Não obstante o caráter muito discutível das críticas que Luxemburgo dirige a Marx, se é obrigado a reconhecer que ele, sem dúvida, não atribuiu

grande importância aos mercados externos com relação à propensão para investir. Conforme foi mostrado, se Marx atribui um papel essencial aos mercados externos na realização da mais-valia, acaba por negar-lhes toda a importância na criação da mais-valia, ou seja, na motivação que leva os capitalistas a produzir e a investir.

A partir de agora torna-se interessante verificar como Rosa Luxemburgo justificou a necessidade de mercados externos para o desenvolvimento do capitalismo e, especialmente, examinar se ela lhes atribuiu alguma importância enquanto propensão a produzir e a investir.

Os mercados externos são necessários para realizar e para criar a mais-valia

Em *A Acumulação do Capital* encontram-se dois tipos de explicação diferentes. Um primeiro tipo, que no plano teórico é mais desenvolvido, consiste em afirmar que os mercados externos são necessários para realizar a mais-valia. O segundo tipo de explicação, muito menos desenvolvido no plano teórico mas amplamente desenvolvido no plano da *história* do desenvolvimento do capitalismo, consiste em afirmar que os mercados externos são necessários para criar a mais-valia, enquanto propensão prévia ou estímulo para produzir.

Primeira explicação: *Os mercados externos são necessários para realizar a mais-valia.*

Ao longo de toda uma seção de seu trabalho, Luxemburgo retoma o tema desenvolvido por Marx no livro III de *O Capital*, segundo o qual os mercados externos, inúteis para criar a mais-valia, são indispensáveis para a sua *realização*.

A) A acumulação do capital num sistema capitalista, afirmou, só pode ocorrer a partir de duas condições: a primeira é que a produção deve gerar mais-valia; a segunda é que a mais-valia tem que ser realizada.

Quanto à primeira condição, Rosa concorda com as afirmações de Marx, ponderando que para se gerar mais-valia é indispensável a existência no mercado de matérias-primas, máquinas e mão-de-obra. E que a *criação* da mais-valia não depende da existência de mercados externos.

B) Ao contrário, a *realização* da mais-valia depende dos mercados externos.

Uma *condição adicional* torna-se necessária para que o capitalista individual realize sua mais-valia: a existência "de um mercado mais amplo". E essa realização para fins de acumulação torna-se um problema insolúvel em uma sociedade onde haja apenas trabalhadores e capitalistas. Assim, como primeira condição, a realização da mais-valia requer um círculo de compradores que está localizado fora da sociedade capitalista.

Sobre estes mercados a autora afirma que eles

são *externos* não com relação às fronteiras nacionais, mas sim à própria esfera capitalista. “Mercado interno, sob o ponto de vista da produção capitalista, é mercado capitalista. Mercado *externo* é a zona social não capitalista.” Em outros termos, a conquista de mercados externos significa tanto a conquista de setores pré-capitalistas no interior das fronteiras nacionais, como a conquista de mercados nos países atrasados, no exterior das fronteiras nacionais. A realização da mais-valia e a acumulação do capital, para ela, torna-se impossível em um sistema capitalista *fechado*, e a parte da mais-valia poupada *somente* pode ser realizada através da *venda a compradores não capitalistas*, ou seja, países ou camadas sociais pré-capitalistas no interior dos países capitalistas.

A autora apresenta, em algumas partes de sua obra — em especial nos dois primeiros capítulos da terceira parte —, *outro tipo de explicação para demonstrar sempre que os mercados externos são necessários para a realização da mais-valia*.

Com efeito, em seus esquemas da reprodução ampliada encontrados no livro II de *O Capital*, Marx supôs que a composição orgânica do capital (a relação do capital constante com o capital variável, C/V) permaneceria constante. Entretanto é necessário reintroduzir em tais esquemas uma lei descoberta por Marx, segundo a qual no sistema capitalista um processo constante de racionalização e de progresso técnico provoca uma *tendência*



Rosa Luxemburgo.

ascendente de C/V.

Esta introdução nos esquemas de Marx do progresso técnico da elevação de C/V *mostra que o sistema se encaminha para um beco sem saída.* Com a ajuda de exemplos numéricos demonstra que a *introdução do progresso técnico nos esquemas da reprodução acarreta como conseqüência uma insuficiência de produção e um excesso de bens de consumo.*

Para escapar a este dilema — entre um estancamento que implicaria a queda do capitalismo e uma superprodução que cresce constantemente —, a autora acrescentou que os capitalistas precisariam, sempre, escoar uma quantidade cada vez maior de suas mercadorias *para os setores ou para os territórios pré-capitalistas.* A economia capitalista estaria obrigada, então, *a enviar os excedentes de seus produtos para os mercados externos.*

A insistência da escritora polonesa no aspecto necessário dos mercados externos para *a realização da mais-valia* a obriga a cometer graves erros de apreciação acerca *do papel dos gastos do Estado e, em especial, dos gastos militares.*

Não são os setores "improdutivos" (militares, funcionários, etc.), em seu entender, os que conduzem, através de sua demanda, a uma reprodução ampliada. Isto porque o consumo dos setores improdutivos se faz graças a uma parte da mais-valia e dos salários, obtidos por meio dos impostos. *Conseqüentemente, esse consumo não cria uma*

demanda suplementar. Os gastos militares, por exemplo, desempenham um papel essencial na conquista e manutenção dos mercados externos, porém *não criam uma demanda suplementar*: o consumo dos militares não faz senão substituir o consumo dos trabalhadores, ou o consumo e o investimento dos capitalistas. Não é outra coisa senão uma simples transferência de capital. O que a grande massa dos capitalistas que produzem meios de subsistência para a classe operária perde, e ganha um pequeno grupo de grandes industriais tomando-o do ramo de guerra.

Entretanto, esta afirmação é *incorreta*, pois não se pode assegurar que o total arrecadado através de impostos ou empréstimos estatais tenha sido gasto pelos indivíduos. Em tais condições o Estado pode, mediante seus gastos, criar uma demanda suplementar. Se, por exemplo, o Estado se apropria de uma parte da mais-valia poupada pelos capitalistas e a utiliza para gastos públicos, pode ocorrer perfeitamente *a criação de uma demanda suplementar* caso os capitalistas não tiverem intenção alguma de investir sua poupança. Afirmar, como o faz Luxemburgo, que o Estado não pode nunca criar uma demanda suplementar, significa dizer que a poupança dos capitalistas é, sempre, *automaticamente investida*. Este era o pensamento dos clássicos — em especial David Ricardo — e, a partir daí, pode-se perceber até que ponto influenciavam os escritos da autora, como que a conduzi-la no sentido de cometer tais erros.

Se as suas concepções sobre a necessidade de mercados externos para realizar a mais-valia são errôneas e enganosas, o mesmo não pode ser dito de algumas passagens de seu livro onde apresenta uma tese muito mais interessante, segundo a qual *os mercados externos são necessários não para realizar a mais-valia, não para vender um excedente de mercadorias já produzidas, mas sim para criar a mais-valia, para incentivar os empresários a investir e produzir*. Nesse aspecto sua tese é essencialmente nova com relação às concepções de Marx.

Segunda explicação: *Os mercados externos são necessários para criar a mais-valia*.

Luxemburgo defende esta tese, por um lado, no plano teórico e por outro em sua história do desenvolvimento do capitalismo.

A) Em vários pontos de sua obra encontra-se claramente expressa a idéia de que só se poderá produzir a inversão caso os capitalistas estejam seguros de encontrar pela frente um mercado em expansão ou, mais precisamente, se existe uma demanda prévia que os impulse a investir. Explica que no regime capitalista os capitalistas investem suas poupanças apenas se uma ampliação *prévia* de seus mercados lhes oferece uma razão para fazê-lo. O acréscimo da demanda gerada pelas inversões não pode ser o motivo do investimento: o capitalista necessita um mercado mais amplo, porém o aumento da demanda em geral como em particular com relação a seu gênero de mercadorias,

é algo frente ao qual ele é impotente em absoluto.

Esses *novos* mercados, que justificam os investimentos *suplementares*, o capitalismo vai encontrá-los *em parte* no exterior.

Esta teoria do estímulo a investir não é, infelizmente, muito precisa no plano teórico. Entretanto estará presente, sem dúvida, na *história* que a autora elabora sobre o desenvolvimento do capitalismo.

B) Os dois últimos capítulos do livro apresentam uma descrição muito interessante da *história do desenvolvimento do capitalismo*, onde fica claro que a *conquista de novos mercados tem sido — e continua sendo — condição essencial para seu desenvolvimento, pois o capitalismo vem ao mundo e se desenvolve historicamente em um meio social não capitalista*. Destaca, particularmente, a luta do capital contra a *economia natural* (luta contra o escravismo, o feudalismo, o comunismo primitivo), observando que a dominação capitalista é a primeira a impulsionar a destruição das organizações sociais existentes; a luta do capital contra a *economia camponesa*, mediante a separação entre indústria e agricultura, que cria um mercado para os produtos industriais; e, finalmente, a *luta concorrencial do capital no mercado internacional* para apoderar-se, em certo número de territórios, do que resta dessas formas de produção, luta portanto pela conquista das colônias, pelas zonas de influência, etc.

Todo esse processo de introdução do sistema de mercado nas novas regiões do globo, e a monopolização desses mercados em proveito das grandes potências industriais, *permitiram o prosseguimento e o desenvolvimento da acumulação.*

Extraí de suas análises *duas conclusões* muito importantes:

1ª) não pensa que a busca de saídas ao exterior seja um fato *novo* no capitalismo do século XX, mas sim que é uma condição permanente de desenvolvimento do capitalismo;

2ª) esta necessidade para o capitalismo de buscar mercados externos constitui-se numa contradição essencial do sistema, pelo menos tão importante quanto as contradições analisadas por Marx.

O capitalismo é a primeira forma econômica com capacidade de desenvolvimento mundial. *Uma forma que tende a estender-se pelo âmbito da terra e a eliminar todas as demais formas econômicas; que não tolera a coexistência de nenhuma outra.* Porém é também a primeira que não pode existir só, sem outras formas econômicas de que possa alimentar-se; ao mesmo tempo que tem a tendência a converter-se em forma única, fracassa pela incapacidade interna de seu desenvolvimento, sendo uma contradição histórica viva em si mesma.

Tal é, de acordo com a autora, *uma das contradições essenciais* do sistema capitalista.

contradição
histórica
do capitalismo

As reações ao livro de Rosa Luxemburgo

Jacques Valier, em seu artigo sobre Rosa Luxemburgo, chama a atenção para o fato de que o livro da autora foi: *muito mal recebido*. Mal recebido, em primeiro lugar, pelos autores *revisionistas*. A esse respeito, devem ser assinalados dois aspectos:

1º) A atividade dos partidos socialistas *frente à questão colonial* havia evoluído consideravelmente nos últimos quinze anos. No congresso da Internacional socialista de Paris, em 1900, foi votada por unanimidade uma resolução antiimperialista e anticolonialista. Porém, alguns anos depois, a partir do congresso de Amsterdã (1904), o colonialismo encontra partidários tanto entre os socialistas alemães, como entre os ingleses, holandeses e belgas. Depois, no congresso da Internacional socialista de Stuttgart, em 1907, apareceram importantes diferenças de atitudes a propósito do colonialismo: alguns propunham, por exemplo, reconhecer o caráter inevitável dos impérios coloniais e preconizavam simplesmente reformas que melhoravam as condições dos "indígenas" — porém no marco da dominação colonial. Kautsky, representante da tendência de esquerda, deu provas em Stuttgart pelo menos de grande prudência: "a idéia da emancipação das colônias é uma espécie de idéia-limite que nos mostra uma

direção, porém não é uma proposição prática para cuja aplicação imediata devamos trabalhar”.

A fonte teórica da posição colonialista dos partidos social-democratas era uma deformação do marxismo. Consistia na afirmação de que sendo o capitalismo *historicamente inevitável*, tudo o que servisse ao seu desenvolvimento e que o ajudasse a se estender pelo mundo todo seria também inevitável e, portanto, deveria ser sustentado. Esta idéia é defendida por Kautsky quando declara que a produção capitalista entra em choque com as formas de produção atrasadas, porém que não se pode e nem se deve colocar obstáculos em seu caminho.

2º) O segundo ponto a ser assinalado a propósito da atitude dos revisionistas frente ao livro de Luxemburgo é que eles — e em especial Kautsky — estimavam ser o imperialismo (forma particular e violenta da expansão praticada apenas por pequenos grupos de capitalistas, os grandes bancos e os militares) *contrário ao interesse do conjunto da classe capitalista*. É por esse motivo que, afirmava Kautsky, a maioria da classe capitalista irá se opor, de maneira crescente, à política de violência imperialista e a fará retroceder cada vez mais. Pode-se observar até que ponto esta posição é contrária à de Luxemburgo, para quem o imperialismo e a conquista de mercados externos são inerentes ao capitalismo e permitem o seu desenvolvimento.

Por outro lado, é pensando em Kautsky que ela irá escrever, ao responder àqueles que haviam ata-

cado seu *A Acumulação do Capital*, que a crença na possibilidade de acumulação em uma sociedade capitalista isolada, a crença de que o capitalismo é assim concebível sem expansão, é a fórmula teórica de uma tendência táctica perfeitamente determinada. Esta concepção tende a não considerar a fase do imperialismo como necessidade histórica, como luta decisiva pelo socialismo, senão como invenção perversa de um punhado de interessados. Esta concepção trata de persuadir a burguesia de que o imperialismo e o militarismo são perigosos para ela do ponto de vista de seus próprios interesses capitalistas, isolando assim a suposta parcela daqueles que se aproveitam deste imperialismo, formando um bloco do proletariado com amplas camadas da burguesia para "atenuar" o imperialismo.

O livro de Rosa Luxemburgo não foi mal recebido apenas pelos revisionistas; foi mal recebido também por Lênin. A influência das idéias de Lênin sobre a evolução posterior do pensamento marxista será tal que as teses defendidas por Luxemburgo sobre o papel dos mercados externos no desenvolvimento do capitalismo serão esquecidas ou menosprezadas ao longo do tempo. "Este é um fato lamentável, pois é evidente que a teoria do imperialismo de Rosa Luxemburgo — em que pese as (...) imprecisões e erros que foram mencionados — continua sendo, até nossos dias, um instrumento útil para a análise do imperialismo." (J. Valier).



CONCLUSÃO

Longe de querer fornecer a última palavra acerca da controvertida questão do *imperialismo*, acredito que possa ser de grande utilidade para o leitor apontar, através dos trabalhos de alguns comentaristas, o cerne das divergências existentes entre as concepções de Lênin e Rosa Luxemburgo com relação a esse tema.

Os grandes teóricos do marxismo que permaneceram fiéis às implicações políticas práticas da análise estrutural de Marx são Lênin e Rosa Luxemburgo. Mas apesar desses dois estudiosos concordarem ao assumir a mesma posição estratégica, mesmo assim os caminhos que fazem para analisar a questão do imperialismo são diversos. Ambos partem de uma mesma concepção: a necessidade da queda do imperialismo como caminho para a chegada ao socialismo. Entretanto, suas concepções

do que vem a ser o imperialismo diferem muito. Para Luxemburgo, não é o que do imperialismo que irá interessar, mas sim por que ele é inevitável. Para ela, a história do capitalismo é que revela este segredo, que consiste na intervenção do capitalismo nos diversos modos econômicos pré-capitalistas, desde a economia camponesa aos meios técnicos econômicos especializados da economia capitalista já avançada, tais como o crédito internacional, a exportação de capitais, o protecionismo e o militarismo.

Lênin leu *A Acumulação do Capital* em 1913, no mesmo ano de sua publicação, quando suas relações políticas com a autora eram, ao que consta, longe de satisfatórias, tendo se manifestado radicalmente contra suas idéias. Ele considerava um "erro fundamental" a tese da autora sobre a impossibilidade da reprodução ampliada prosseguir numa economia fechada e da necessidade de as economias avançadas engolirem economias pré-capitalistas para poder funcionar. Dessa apreciação partiram todas as críticas comunistas que vieram em seguida, inclusive a de Bukharin, em seu livro *O Imperialismo e a Acumulação de Capital* (1925).

Portanto, as concepções teóricas de Lênin e Rosa sobre a função do imperialismo acabarão se contrapondo. Luxemburgo estava embaraçada no impasse do "capitalismo puro", e o mesmo acontecia com Lênin na "defesa" da política segundo a

Lênin

qual é preciso aplicar o capitalismo na Rússia como meio legítimo de fazer progredir a indústria, criar e desenvolver a classe operária; preparar enfim os ingredientes necessários à dialética final da revolução. A fúria de Luxemburgo ao descrever o processo feroz da penetração imperialista nos países pobres e em curso de colonização irritava profundamente Lênin, que comenta: "A descrição da tortura dos negros na África do Sul está cheia de ruídos e cores sem significação. É sobretudo não-marxista". Para ele, em lugar de estar preocupada com a solução do problema da mais-valia, Rosa procurava "o conforto da exploração colonial".

Os ataques de Lênin nem sempre se destinam a Luxemburgo mas sim a jovens bolcheviques, seus discípulos, pois ele temia que fossem influenciados por Rosa, por Bukharin em pessoa e, sobretudo, por Pyatak.

Inicialmente o pensador tratou do problema da realização da mais-valia no capitalismo fechado. Em *O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia* (1899), com o subtítulo "teoria populista sobre a impossibilidade de realizar a mais-valia", toda a sua atenção voltou-se contra os populistas russos e aqueles que foram considerados durante algum tempo "marxistas legais". À sua maneira de uma vigilância dupla, sempre armada em qualquer situação que se apresente, Lênin não perdoa a menor afirmação — seja de quem for, adversário

ou amigo — que lhe pareça suscetível de desvio ou passo em falso na política que ele persegue. Ao abordar o problema do comércio e dos mercados externos, acredita ser necessário tratá-los como questão histórica e não mais teórica. É preciso analisar as condições concretas do desenvolvimento do capitalismo nos diferentes países e nos diferentes períodos. Munido da teoria da realização de Marx, concentra seus ataques, também, nas teses defendidas por outros populistas russos. Esses escritores explicam a necessidade do mercado externo para uma nação capitalista — a própria Rússia — pelo fato de que é impossível aos capitalistas realizar de outro modo seus produtos. O mercado interno russo reduz-se, em consequência da ruína do campesinato e da impossibilidade de realizar a mais-valia sem mercado externo; ou o mercado externo é inconcebível a um país jovem, que ingressou tardiamente na via do desenvolvimento capitalista — eis como, insiste Lênin, os populistas russos demonstram que o capitalismo nesse país, com fundamento em considerações *a priori* (e falsas de um ponto de vista teórico), “não tem base sólida, é um natimorto!”

Após longas considerações e análises sobre a insistente questão da realização da mais-valia, sobre o problema do escoamento dos produtos no exterior, sobre as contradições entre as tendências ilimitadas ao crescimento da produção e ao consumo limitado — inclusive a tese de que o próprio

Marx está em contradição com seus próprios esquemas —, Lênin é peremptório ao afirmar que não havia nada mais insensato do que deduzir dessas passagens do *Capital* que Marx não admitia a possibilidade de realizar a mais-valia na sociedade capitalista, que ele explicaria as crises por um consumo insuficiente, etc.

Para os economistas populistas, a causa da procura de mercados externos por parte dos países capitalistas deve-se à “carência do próprio capitalismo”. Replica Lênin que, muito pelo contrário, essa necessidade mostra de modo claro o trabalho historicamente progressista do capitalismo, que destrói o isolamento, o caráter fechado dos sistemas econômicos de outrora (e, por conseguinte, a estreiteza da vida intelectual e política), e que reúne todos os países do mundo *num só todo econômico*.

Para alguns estudiosos contemporâneos, entretanto, o problema principal do capitalismo moderno — ao contrário do que pensava Luxemburgo — não é a realização da mais-valia, mas a venda do “excedente econômico” — que poderia ser conceituado como a diferença entre o que a sociedade produz e os custos de produção. Dessa maneira, os economistas Baran e Sweezy mostram que os modernos monopólios enfrentam a questão de um excedente econômico crescente, que cria o problema da colocação ou absorção do mesmo. Após realizar uma série de considerações acerca do exce-

dente, afirmam que sua absorção não está relacionada com a questão da realização da mais-valia, chegando à estranha posição segundo a qual uma tentativa de absorção do excedente conduz à aquisição de mais excedente.

Essa posição tem sido apontada como dotada de um significado particular, que apresenta uma perspectiva metodológica diferente da de Rosa Luxemburgo. Ela tentou permanentemente perceber como é que as lutas dos trabalhadores e dos marxistas revolucionários poderiam ter relação com o fenômeno que estava a discutir. No *Capitalismo Monopolista*, de Baran e Sweezy, o trabalho como categoria econômica e a classe trabalhadora como força política raramente são mencionados, e isto não acontece por acaso. Estas omissões derivam dos métodos utilizados na análise, e, como tal, separam o estudioso da tradição em que o trabalho de Rosa se integrou.

INDICAÇÕES PARA LEITURA*

Por ser bastante extensa a bibliografia internacional do tema desenvolvido neste livro procurou-se privilegiar nestas indicações, de modo especial, as obras originalmente editadas em português ou traduzidas, que são de acesso mais fácil ao leitor. Entretanto, há várias publicações em língua estrangeira cuja leitura é indispensável para a compreensão adequada do imperialismo enquanto um fenômeno que se caracteriza por possuir causas estruturais. Entre elas destacam-se: Anouar Abdel-Malek (org.), *Sociologie de l'Imperialisme*, Paris,

* No presente item irá se fazer menção apenas aos trabalhos que não foram diretamente incorporados ao longo do texto — e que, portanto, não se encontram arrolados no tópico "Bibliografia". Além disso, a pretensão aqui não é a de realizar listagens exaustivas da bibliografia sobre o imperialismo, mas sim apenas indicar algumas das principais obras produzidas nos últimos anos.

Anthropos, 1971; os trabalhos de Samir Amin, *Le Développement Inégal* (Paris, Anthropos, 1974), *Imperialismo y Desarrollo Desigual* (Barcelona, Editorial Fontanella) e *A Crise do Imperialismo*, coletânea organizada por ele e traduzida pela Graal, R. Janeiro, 1977. Sobre as questões da renda da terra na teoria do capitalismo, das relações agricultura-indústria nas diferentes fases do capitalismo e das alianças de classe correspondentes, ver Samir Amin e Kostas Vergopoulos, *La Question Paysanne et le Capitalisme* (Paris, Anthropos, 1974); Pierre-Philippe Rey, *Les Alliances de Classes* (Paris, Maspero, 1973); Gilles Postel-Vinay, *La Rente Foncière dans le Capitalisme Agricole* (Paris, Maspero, 1974); e Alain Lipietz, *Le Tribut Foncier Urbain* (Paris, Maspero, 1974). Importante também são os trabalhos de A. Faire e J. P. Sebord, *Le Nouveau Déséquilibre International* (Paris, Grasset, 1973), o de Christian Palloix, *L'économie Mondiale Capitaliste* (Paris, Maspero, 1972) e a obra conjunta de Arghiri Emmanuel, Charles Bettelheim, Samir Amin e Christian Palloix, *Imperialismo y Comercio Internacional – el Intercambio Desigual* (Córdoba, Cuadernos de Pasado y Presente, 1971).

É indispensável a leitura do livro de Joseph Alois Schumpeter, *Social Classes, Imperialism* (introdução de Bert Hoselitz, tradução de Heinz Norden, Nova Iorque, Meridian Books, 1955), que foi um dos economistas mais conhecidos da primeira meta-

de do século XX. A maioria de seus argumentos procurava combater as correntes do pensamento marxista do início do século atual e, em especial, a idéia de que o imperialismo surgia como consequência natural do capitalismo.

* * *

A respeito do capitalismo monopolista de Estado deve-se ler o extenso livro de Paul Beccara, *Estudos sobre o Capitalismo Monopolista de Estado – Sua Crise e Solução* (Lisboa, Editorial Estampa, 1978), onde encontram-se reunidos seus principais artigos sobre o tema, publicados entre 1966 e 1973, data da edição original francesa. Salienta Beccara que os primeiros estudos desta obra tiveram origem na Conferência Internacional de Choisy-le-Roi de 1966, sendo tal Conferência o resultado de um esforço coletivo de investigação sobre o capitalismo monopolista de Estado desenvolvido desde 1959 na Seção de Economia do Comitê Central do Partido Comunista Francês. A continuidade deste trabalho coletivo levou à publicação do *Traité Marxiste d'Économie Politique: le Capitalisme Monopoliste d'Etat* (2 volumes, Editions Sociales, 1971).

* * *

Somente em 1978 foi realizada a tradução para

o português dos artigos escritos por K. Marx e F. Engels (*Sobre o Colonialismo*, Lisboa, Ed. Estampa, 2 vols.) — a maioria nos anos de 1850 — para o *New-York Daily Tribune* relativos ao domínio colonial e à intervenção da Grã-Bretanha e de outras potências capitalistas na Índia e na China. A edição, que inclui também artigos sobre a Birmânia, Pérsia, Afeganistão, Argélia e Irlanda, é de leitura obrigatória aos que pretendem compreender melhor os mecanismos do sistema de dominação colonial. Acrescente-se a esse texto o trabalho de Fernando Novais, *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial* (séculos XVI-XVIII), S. Paulo, Cebrap/Brasiliense, 3a. ed., 1977, bem como seu livro, publicado pela Editora Hucitec.

* * *

Foram traduzidos recentemente dois livros de Harry Magdoff inteiramente dedicados ao imperialismo: *A Era do Imperialismo* (S. Paulo, Hucitec, 1978) e *Imperialismo: da Era Colonial ao Presente* (R. Janeiro, Zahar, 1979). No primeiro o autor retoma as teorias do imperialismo com o objetivo de esclarecer o quadro mundial das relações de dominação suscitada pela expansão do capitalismo monopolista de após a II Guerra Mundial, destacando o papel dos Estados Unidos nesse contexto — tanto é assim que o subtítulo do mesmo é "A

economia política externa dos Estados Unidos". Já em seu segundo trabalho, reunindo 11 ensaios, Magdoff procura elucidar a teoria, história e raízes do imperialismo, examinando a expansão global européia desde 1763 até a década de 1970. Os leitores que desejarem aprofundar as concepções divergentes acerca do imperialismo defendidas por Rosa Luxemburgo e Lênin devem ler o último ensaio do livro, "Como fazer uma coisa simples de um bicho-de-sete-cabeças".

Importantes também são os textos, de autoria de Moniz Bandeira (*Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois Séculos de História*, R. Janeiro, Civ. Brasileira, 1973) e de Octávio Ianni (*Imperialismo na América Latina*, R. Janeiro, Civ. Brasileira, 1974), além de duas recentes traduções lançadas pela Zahar em 1980: *Imperialismo e Classes Sociais no Terceiro Mundo*, de James Petras e *A Economia Política do Imperialismo*, de Michael B. Brown.

* * *

Nelson Levy (*A Crise do Imperialismo e a Revolução*, S. Paulo, Ed. Brasil Debates, 1980) e Luís Alfredo Galvão ("Marxismo, Imperialismo e Nacionalismo", in *Debate e Crítica*, nº 6, Hucitec, julho, 1975) escreveram trabalhos polêmicos e estimulantes acerca do tema imperialismo. Uma das teses centrais do artigo de L. A. Galvão é que *O Imperialismo . . .*, de Lênin, representa um momen-

to político do bolchevismo na luta contra o "oportunismo", o social-imperialismo e o social-patriotismo. "Em outras palavras, *O Imperialismo* deve ser visto também como uma tentativa de justificação teórica de posições táticas do bolchevismo em relação à questão nacional e à guerra."

* * *

A Editora Vozes lançou no ano passado *Acumulação Mundial e Dependência*, de Rabah Benakouche. No cap. VII, "A teoria do imperialismo", o autor expõe as diferentes abordagens teóricas acerca do imperialismo (as teorias de Hilferding, Rosa Luxemburgo, Boukharin e Lênin) para, em seguida, fazer minuciosa análise crítica da teoria leninista. Encerra o capítulo um tópico de vinte páginas intitulado "Elementos para uma definição do status teórico do conceito de imperialismo".

André Gunder Frank procura, em *Acumulação Dependente e Subdesenvolvimento – repensando a teoria da dependência* (S. Paulo, Brasiliense, 1980), repensar a teoria da dependência – da qual foi um dos principais teóricos. Vai estudar a dependência levando em consideração as determinações internas da acumulação capitalista nos países subdesenvolvidos, inseridos no processo histórico do desenvolvimento do capitalismo mundial. O capítulo 6, "O imperialismo e a transformação dos Modos de Produção na Ásia, África e América

Latina, 1870-1930" é o que mais de perto diz respeito ao tema aqui desenvolvido.

De Fernando Henrique Cardoso merecem destaque, entre outros, "Imperialismo e Dependência na América Latina" (in *O Modelo Político Brasileiro*, S. Paulo, Difel, 2a. ed., 1973) e *As Idéias e Seu Lugar* (Petrópolis, Vozes, 1980), além do já clássico trabalho escrito em parceria com Enzo Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (R. Janeiro, Zahar, 2a. ed., 1973).

* * *

Indispensável também é a leitura da *História da Burguesia Brasileira* (R. Janeiro, Civ. Brasileira, 3a. ed., 1976), de Nélson Werneck Sodré, bem como dos trabalhos de Mário Pedrosa, *A Opção Brasileira* e *A Opção Imperialista*, ambos com suas edições esgotadas.

* * *

Na coleção didática "Tudo é História", lançada pela Brasiliense, merece destaque o livro de Maria Yedda Linhares, *A Luta Contra a Metrópole (Ásia e África)*.

* * *

O cap. VI, "Estruturas do Poder", do trabalho

de Max Weber (*Ensaio de Sociologia*, R. Janeiro, Zahar, 2a. ed., 1971), também deve ser lido. São pouco mais de vinte páginas divididas em três itens: "O Prestígio e o Poder das 'Grandes Potências'", "As Bases Econômicas do 'Imperialismo'" e "A Nação".

* * *

Imperialismo e Cultura (Petrópolis, Vozes, 1976) de Octávio Ianni é uma coletânea de trabalhos do autor onde se discutem alguns aspectos da cultura do imperialismo, conforme ela pode ser vista na perspectiva de países colonizados e dependentes. Discutem-se principalmente as condições político-econômicas da produção cultural de cunho imperialista. Eles indicam como a reprodução das relações capitalistas, em escala internacional, compreende a reprodução da cultura imperialista, vista como manifestação da cultura burguesa do país dominante. A primeira parte é dedicada ao exame das condições político-econômicas da indústria cultural do imperialismo. A segunda e a terceira partes focalizam alguns aspectos do processo de militarização — ideológica e prática — do poder político em nações colonizadas e dependentes, em face dos Estados Unidos. Finalmente, a última parte apresenta uma digressão sobre a crise da hegemonia dos Estados Unidos no mundo capitalista, conforme essa crise parece estar sendo

vista da América Latina.

José Nilo Tavares examina, em "Educação e Imperialismo no Brasil" (*Educação e Sociedade*, nº 7, setembro, 1980, Cortez Editora e Autores Associados), artigo de quase 50 páginas e dotado de sólidas informações, a ação imperialista e burguesa visando à inculcação dos ideais americanos através do sistema escolar. "Trata-se da *política educacional americana para o Brasil*, que é a política educacional 'brasileira'. Ela está presente na legislação que transplantou reformas educacionais cujos resultados negativos estamos colhendo hoje, notadamente no ensino superior."

Cumpra lembrar, ainda, dois outros trabalhos: *Para Leer al Pato Donald — Comunicación de Masa y Colonialismo* (Argentina, Siglo Veintiuno, 7a. ed., 1973), de Ariel Dorfman e Armand Mattelart (há edição em português) e o de José de Souza Martins, "Tio Patinhas no Centro do Universo", in *Sobre o Modo Capitalista de Pensar* (S. Paulo, Hucitec, 2a. ed., 1980).

* * *

O trabalho de Hannah Arendt, *As Origens do Totalitarismo: Imperialismo, a Expansão do Poder* (R. Janeiro, Ed. Documentário, 1976), publicado pela primeira vez em 1951, é uma obra composta de três partes: O "Anti-Semitismo", o "Imperialismo" e o "Totalitarismo". Em o "Imperialismo"

a autora procura mostrar não a quem interessava a política imperialista, mas sim quem a executava. Ou, como destaca Jaime Pinsky em um breve comentário ("O Imperialismo Revisitado", *Contexto*, nº 2, Hucitec, março, 1977), interessava-a não por que — em nível de explicação histórica — o imperialismo se desenvolveu, mas por que certas pessoas desenvolveram-no. Em linhas gerais e simplificadas, o esquema que apresenta é o seguinte: não havia mais como empregar o capital de forma produtiva nos "centros hegemônicos" e, conseqüentemente, havia um capital supérfluo. A burguesia, entretanto, não se deslocou; apenas uma camada de aventureiros é que se interessou em levar esses capitais e iniciar a empresa imperialista. Prova disso seria a verificação das pessoas que executaram a tarefa, um Cecil Rhodes, um Lawrence da Arábia, ou mesmo financistas judeus na África do Sul.

Examinando a questão do racismo, afirma a autora que na África do Sul "foi mais fácil negar que os pretos fossem seres humanos. No entanto, a despeito de todas as explicações ideológicas, o homem negro teimosamente insistia em conservar suas características humanas, só restando ao homem branco reexaminar a sua própria humanidade e concluir que, nesse caso, ele era mais do que humano, isto é, escolhido por Deus para ser o deus do homem negro". Daí todas as implicações, quais sejam, a de que o colonizador é dono da cultura, ao

passo que a do colonizado é pitoresco ou folclore; a força de trabalho de um tem que existir em função do conforto do outro e o próprio valor da vida humana deve ser medido de forma diferente, etc.

Hannah Arendt monta seu esquema teórico a partir da expansão do capitalismo, mas centra sua análise nas minorias, na população supérflua, na ralé que, manipulada, torna-se instrumento do totalitarismo, como aconteceu no nazismo alemão, no fascismo italiano ou noutros regimes historicamente conhecidos. Conforme salienta Jaime Pinsky, "sua análise, rica e apaixonada, está cheia de fé nas instituições democráticas e carregada de horror com relação à violação dos direitos humanos".

BIBLIOGRAFIA

- Alavi, Hamza. "Viejo y Nuevo Imperialismo, *in Teoria Marxista del Imperialismo*, Córdoba, Argentina, Cuadernos de Pasado y Presente, nº 10, 1969.
- Bandeira, Moniz. *Lênin. Vida e Obra*, R. Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- Banfi, Rodolfo. "A Propósito de 'El Imperialismo' de Lênin", *in Teoria Marxista del Imperialismo*, Córdoba, Argentina, Cuadernos de Pasado y Presente, nº 10, 1969.
- Baran, Paul A. *The Political Economy of Growth*, N. Iorque, Monthly Review Press, 1962.
- Baran, Paul A. e Sweezy, Paul M. *Capitalismo Monopolista*, R. Janeiro, 2a. ed., Zahar, 1974.
- Colectivo da Universidade de Berlim. *Guia para a Leitura do Capital*, Lisboa, Antídoto, 1978.

- Dobb, M. *Capitalismo, Ontem e Hoje*, Lisboa, Estampa, 4a. ed., 1977.
- Engels, Friedrich. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*, Lisboa, Editorial Presença, 1975.
- González, Horácio. *O que é o Subdesenvolvimento*, S. Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1980.
- Gruppi, Luciano. *O Pensamento de Lênin*, R. Janeiro, Graal, 1979.
- Hilferding, Rudolf. *El Capital Financiero*, Madrid, Tecnos, 1963.
- Hobson, J. A. *Imperialism – A Study*, London, Allen e Unwin, 1968.
- Kautsky, Karl. *El Camino del Poder*, México, Grijalbo, 1968.
- Lênin, V. I. *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo*, in *Lênin, Obras Escolhidas*, Vol. 1, S. Paulo, Alfa-Ômega, 1979.
- Lênin, V. I. *The Development of Capitalism in Russia*, Moscou, Foreign Languages Publishing House, Obras Reunidas, Vol. 3.
- Luxemburg, Rosa. *Introducción a la Economía Política*, Córdoba, Argentina, Cuadernos de Pasado y Presente, nº 35, 1972.
- Luxemburgo, Rosa. *A Acumulação do Capital*, R. Janeiro, Zahar, 2a. ed., 1976.
- Luxemburgo, Rosa e Bukharine, Nikolai. *Imperialismo e Acumulação de Capital*, Lisboa, Edições 70, 1976.
- Marx, Karl. *El Capital*, México, Fondo de Cultura Económica, 2a. ed., 7a. reimpr., 1975.
- Moniz, Edmundo. "A Crise Mundial do Imperialismo e Rosa Luxemburgo", in *Encontros com a Civilização Brasileira*, R. Janeiro, Civ. Brasileira, Vol. 25, 1980.
- Montalbán, Manuel Vázquez. *Qué és el Imperialismo*, Barcelona, La Gaya Ciencia, 1976.
- Nettl, J. P. *Rosa Luxemburg*, London, Oxford Univ. Press, 1966.
- Pedrosa, Mário. *A Crise Mundial do Imperialismo e Rosa Luxemburgo*, R. Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.
- Valier, Jacques. "La Teoría del Imperialismo de Rosa Luxemburg", in *Teoría Marxista del Imperialismo*, Córdoba, Argentina, Cuadernos de Pasado y Presente, nº 10, 1969.

Caro leitor:

Se você tiver alguma sugestão de novos títulos para as nossas coleções, por favor nos envie. Novas idéias, novos títulos ou mesmo uma "segunda visão" de um já publicado serão sempre bem recebidos.

Biografia

Afrânio Mendes Catani

Nasceu em Campinas, Estado de São Paulo, em junho de 1953.

Graduou-se na Fundação Getúlio Vargas e cursou o Mestrado em Ciências Sociais, área de Sociologia, na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Atualmente, termina a preparação de sua Dissertação de Mestrado sobre a Burguesia Paulista e o Cinema na Década de 50.

Durante os anos de 1972-1976 participou de várias pesquisas vinculadas à Fundação Getúlio Vargas.

Publicou vários trabalhos na *Revista de Administração de Empresas*, em *O Estado de S. Paulo*, no *Jornal da Tarde*, na *Folha de S. Paulo*, na *Gazeta Mercantil* e no *Leia Livros*.

Em 1976 ingressou no Departamento de Ciências Sociais da Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, para lecionar Sociologia. E em 1980 ingressou na Universidade Estadual Paulista (UNESP), no Instituto de Letras, Ciências Sociais e Pedagogia, Campus de Araraquara.

Foi, de 1979 a 1981, membro da Diretoria da Associação de Professores da EAESP/FGV (APEAESP).

Além deste que agora é apresentado ao público o autor lançou pela Brasiliense, na Coleção Primeiros Passos, *O que é Capitalismo*.